



LUÍS FILIPE SILVÉRIO LIMA

**Entre ‘notícias estranhas’ e ‘rumores frescos’: estatutos de veracidade e gêneros documentais na recepção inglesa do caso do Sebastião de Veneza (1598-1603)**

---

**CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA**

**Dossiê: *Fake News* na época moderna**

Recife, v. 41, n. 2 (Jul-Dez), 2023, pp. 138-171.

<http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2023.41.2.06>

e-ISSN: 2525-5649

---



ENTRE 'NOTÍCIAS ESTRANHAS' E 'RUMORES FRESCOS': ESTATUTOS DE VERACIDADE E GÊNEROS DOCUMENTAIS NA RECEPÇÃO INGLESA DO CASO DO SEBASTIÃO DE VENEZA (1598-1603)

*RESUMO:* Este artigo busca mapear o campo semântico a partir do qual as notícias sobre o Sebastião de Veneza (1598-1603) circularam na Inglaterra elisabetana para indagar sobre as noções de verdade e falsidade que guiaram a percepção sobre a autenticidade da história sebastianista. A proposta é fazer um exercício de "semântica histórica" e organizar esse vocabulário a fim de pensar os "estatutos de veracidade" e a autorização da notícia (falsa). Tendo em vista as questões sobre meio e mensagem colocadas pelos novos circuitos de difusão de notícias na Época Moderna, propõe-se que havia diferenças no tratamento (no campo semântico) dos fatos narrados entre gêneros e suportes documentais e em como era tratada a circulação de informação nas fontes analisadas.

*PALAVRAS-CHAVE:* Sebastianismo; Notícias falsas; Inglaterra elisabetana

---

BETWEEN "STRANGE NEWS" AND "FRESH RUMORS": STATUTES OF VERACITY AND DOCUMENT GENRES IN THE ENGLISH RECEPTION OF THE CASE OF SEBASTIAN OF VENICE (1598-1603)

*ABSTRACT:* This article seeks to map the semantic field from which the news about Sebastian of Venice (1598-1603) circulated in Elizabethan England in order to investigate the notions of truth and falsehood that guided the perception of the authenticity of the Sebastianist story. The proposal is to carry out an exercise in "historical semantics" and organize this vocabulary in order to think about the "statutes of veracity" and the "authorization" of (false) news. In view of the questions about medium and message raised by the new circuits of news dissemination in the Modern Period, it is proposed that there were differences in the treatment (in the semantic field) of the facts narrated between genres and documentary.

*KEYWORDS:* Sebastianism; Fake News; Elizabethan England

LUÍS FILIPE SILVÉRIO LIMA

**Entre ‘notícias estranhas’ e ‘rumores frescos’: estatutos de veracidade e gêneros documentais na recepção inglesa do caso do Sebastião de Veneza (1598-1603)<sup>1</sup>**

---

*“Há um ditado em espanhol: mesmo que quem reporte as novas seja um idiota, quem as escuta deve ser prudente e discernir seus fundamentos [substances] antes de as passar para frente.”<sup>2</sup>*

William Stalenge, mercador de Plymouth, para Robert Cecil, Secretário de Estado de Elisabete I

Em 1606, Gervase Smith, ministro de Polstead, em Suffolk, Inglaterra, foi denunciado e investigado por membros do Conselho Privado da coroa inglesa, presidido por Robert Cecil, Secretário de Estado. A partir da leitura de textos proféticos, Gervase Smith construiu uma interpretação messiânica pela qual o “papista” Jaime I seria deposto pelo protestante Eduardo VI, que ressuscitaria ou retornaria da África (onde teria ficado em autoexílio desde 1553). Em 18 de outubro de 1606,<sup>3</sup> uma das testemunhas que se apresentou perante os

---

<sup>1</sup> Agradeço aos comentários dos colegas do projeto “Fake News na Época Moderna”, em particular Andréa Doré, Jacqueline Hermann e Marília Machel. André Belo, Ariel Hessayon, Bruno Galeano, Luciana Villas Bôas, Marina Bezzi e Verônica Calsoni Lima leram versões do texto e fizeram sugestões que foram muito úteis. Apresentei partes do texto no Topics in Early Modern Studies, no seminário do PPGH da Unicamp e no RSA Dublin 2022. Agradeço as intervenções e questões que me foram colocadas nessas ocasiões. Este texto é resultado de pesquisas financiadas por meio do: processo nº 314046/2018-6, PQ/2018, CNPq; e processo nº 2019/04470-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> “There is a saying in Spanishe although the reporter of newes be a foole the hearer ought to be wise and to descerne the substances thereof before hee gives it further passage”.

<sup>3</sup> Todas as datas no corpo do texto são indicadas seguindo o calendário gregoriano. Na remissão aos documentos nas notas, segui o formato que estava na referência das fontes, em geral no

conselheiros, o vigário John Hankin, foi interrogado sobre seus contatos com Smith e conhecimento sobre as afirmações proféticas do pároco de Polstead. Hankin disse que evitava discutir esses assuntos, mas, um par de anos antes, Smith mostrara-lhe um livro no qual estaria provado que D. Sebastião, rei de Portugal, estava vivo e que “faria grandes coisas” e que isso indicava que seria possível também com Eduardo VI.<sup>4</sup> O livro mencionado por Henkin que Smith mostrara era muito provavelmente um dos três panfletos, traduzidos do francês e impressos em Londres entre 1601 e 1603, narrando a *Strangest Adventure* do Sebastião de Veneza.

Este impostor apareceu em Veneza em 1598 e foi identificado como sendo D. Sebastião, “desaparecido” na batalha de Alcácer-Quibir no reino do Marrocos em 1578, e cuja morte sem deixar herdeiros deu espaço para a união de Portugal e Espanha sob a coroa de Filipe II. O Sebastião de Veneza conseguiu angariar seguidores e atraiu portugueses exilados na França que antes apoiaram D. Antônio, Prior do Crato, que tentou disputar a aclamação dos Habsburgos como reis de Portugal. A causa do Sebastião de Veneza, apesar do engajamento desses exilados, não prosperou. Ficou preso em Veneza, foi expulso da República Sereníssima, para ser novamente encarcerado na Toscana e, já desmascarado como o calabrês Marco Tulio Catizone, ser entregue às autoridades napolitanas e depois castelhanas que o enforcaram em 23 de setembro de 1603. Não era o primeiro falso Sebastião que aparecia, mas Catizone foi o único pretendente a D. Sebastião surgido fora da Península Ibérica e, talvez também por isso, o mais famoso à época.<sup>5</sup> Os panfletos da sua *Adventure* foram lançados em francês por um antonista tornado sebastianista, frei José Teixeira, que junto a outros apoiadores do falso de Veneza buscavam fazer circular as novas do retorno do suposto rei, e com isso angariar, sem muito êxito, aliados para sua causa quando

---

chamado “Old Style”, pois, até 1752, a Inglaterra seguia o calendário juliano (com dez dias de diferença) e iniciava o ano em 25 de março.

<sup>4</sup> “should do greate things”, The Hatfield House Archives (Hatfield), Cecil Papers (CP), 117/168, *Gervase Smith. [(1) Examination of John Hankin]*, 8 out. 1606. f. 187. Agradeço a Bernard Capp por ter me indicado esse caso, a partir de referência em Keith Thomas, *Religião e Declínio da Magia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 342-343. Para uma visão geral do processo, ver Emily Jennings, “Prophetic Rhetoric in the Early Stuart Period”, Tese (Doutorado em Literatura Inglesa), Universidade de Oxford, 2015, pp. 45-64. Em *Impostures in Early Modern England*, Tobias Hug se refere também ao caso, mas afirma que Smith assumiu a identidade de Eduardo VI, o que me parece impreciso. Tobias B. Hug, *Impostures in Early Modern England: Representations and Perceptions of Fraudulent Identities*, Manchester, RU: Manchester University Press, 2013, pp. 93-96.

<sup>5</sup> Sobre o Sebastião de Veneza, ver João Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa: Presença, 1984; Yves-Marie Bercé, *O Rei Oculto*, Bauru: Edusc, 2003, cap. 1; Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998; André Belo, *Morte e ficção do Rei Dom Sebastião*, Lisboa: Tinta-da-China, 2021.

este já estava preso na Itália.<sup>6</sup> A tradução em inglês, lida por Gervase Smith, muito provavelmente não seguiu a mesma intenção daqueles que originalmente os produziram em francês, mas discutirei isso mais à frente. Por ora gostaria de destacar o caso e o alcance das notícias sobre o Sebastião de Veneza na Inglaterra, pois, como já apontado pelo processo de Smith, a recepção das notícias na Inglaterra talvez mereça ser observada com maiores detalhes.

Essa atração inglesa, entretanto, não era movida por um mero gosto peculiar. Por um lado, respondia a uma busca específica por informações sobre Alcácer-Quibir e seus desdobramentos, e as implicações disso em termos das relações anglo-ibéricas. Por outro, ecoava o fenômeno da impostura, especialmente régia, num mundo onde notícias e pessoas passaram a circular mais e era complicado verificar e confirmar dados, aspectos que ganhavam peso num reino que enfrentava seguidas crises sucessórias.

Sobre o interesse nos desdobramentos da “Batalha de Alcazar”, como era conhecida na Inglaterra, era impulsionado pelo sentimento anti-hispânico e anticatólico, amplificado durante a guerra anglo-espanhola (1585-1604). O xadrez diplomático e bélico no qual o exemplo do destino de Portugal era sopesado também tinha alguma força. Resultara até em um claudicante apoio dado por Elisabete I à causa antonista, seja ao abrigar em solo inglês a ‘corte’ de D. Antônio ou ao permitir a empreitada militar fracassada de reconquistar Lisboa em 1589.<sup>7</sup> Havia ainda o fascínio que o Norte da África e os reinos dos “mouros” exerciam, não só por conta de um exotismo proto-Orientalista mas também por um interesse concreto nas possibilidades materiais que o Marrocos e o Norte da África representava para o desenho imperial dos Tudor – inclusive como possível aliança ou elemento estratégico contra os Habsburgos.<sup>8</sup>

Sobre a recepção inglesa do episódio de Veneza no cenário mais amplo das imposturas, devemos lembrar que o caso é um entre os vários episódios de pessoas se passando por outras que povoaram a Europa de fins do séc. XV até meados do XVII, ao ponto de Miriam Eliav-Feldon nomear o período como uma

---

<sup>6</sup> Sobre José Teixeira, ver Martim de Albuquerque, “Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder”, in *Estudos de cultura portuguesa*, Lisboa: IN/CM, 2000, v. 2, pp. 269-290; Belo, *Morte e ficção do Rei Dom Sebastião*, pp. 65-68.

<sup>7</sup> Eric Griffin, “Copying ‘the Anti-Spaniard’: post-Armada hispanophobia and English Renaissance Drama”, in Barbara Fuchs et al, *Representing Imperial rivalry in the Early Modern Mediterranean*, Toronto: University of Toronto Press, 2015, pp. 191-216; Gordon K. McBride, “Elizabethan Foreign Policy in Microcosm: The Portuguese Pretender, 1580-89”, *Albion*, v. 5, n. 3 (1973), pp. 193-210. Cf. Jacqueline Hermann, “Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato”, *RBH*, v. 30, n. 59 (2010), pp. 141-166.

<sup>8</sup> Emily C. Bartels, *Speaking of the Moor*, Filadélfia, EUA: Penn, 2008.

“Era dos Impostores”.<sup>9</sup> Não por acaso, foi a partir de meados do século XVI que apareceu na língua inglesa um vocabulário para descrever impostura e fraude, passando ambos os delitos a serem vigiados atentamente pelas autoridades civis e religiosas. O próprio termo “impostor” foi registrado pela primeira vez somente em 1586,<sup>10</sup> uma década antes do Sebastião de Veneza. Por sua vez, o caso sebastianista apareceu como lugar-comum de impostura no momento em que se começava a nomeá-la como tal.<sup>11</sup> Se houve um aumento de identidades falsas gerando, como resposta, uma crescente desconfiança e incremento dos aparatos de controle por parte das instituições,<sup>12</sup> os casos de impostura também inspiraram várias páginas manuscritas e impressas. Nos relatos sobre falsos pretendentes régios, a caracterização poderia, com combinações, variar entre contar a notícia de algum príncipe injustiçado que voltava para reivindicar o que era legitimamente seu, relatar uma história “maravilhosa” e “estranha” de algum pretendente a rei encoberto, e denunciar um impostor como mais um exemplo da credulidade popular a ser combatida. Mas na coroa sem herdeiros de Elisabete I, isso ganhava corpo. Havia ainda, por exemplo, ecos da história do impostor quatrocentista Perkin Warbeck, que teria se passado por Ricardo, Duque de York, filho de Eduardo IV que fora aprisionado por seu tio, Ricardo III, em plena Guerra das Rosas. Talvez não por acaso, em uma polêmica impressa sobre a veracidade dessa história e suas implicações para os destinos do reino inglês, o Sebastião de Veneza foi evocado e aproximado do caso do falso Duque de York, como casos que faziam pensar nos percalços dinásticos enfrentados naquela virada do século XVII.<sup>13</sup>

Olhando essa relação entre circulação e impostura, Eliav-Feldon propôs que não haveria uma ligação necessária entre aumento da acessibilidade à

---

<sup>9</sup> Miriam Eliav-Feldon, *Renaissance Impostors and Proofs of Identity*, Nova York: Palgrave Macmillan, 2012, pp. 1, 13-15; Miriam Eliav-Feldon, “Introduction”, in Miriam Eliav-Feldon, Tamar Herzig (orgs.), *Dissimulation and deceit in early modern Europe*, Nova York: Palgrave, 2015, pp. 1-2.

<sup>10</sup> Hug, *Impostures in early modern England*, pp. 2-3, cf. Eliav-Feldon, *Renaissance Impostors*, p. 14.

<sup>11</sup> É significativo que o termo “imposture” apareça numa compilação manuscrita para classificar uma tradução de uma narrativa francesa sobre o Sebastião de Veneza. Biblioteca Britânica, BL Harley MS 1759, 59, *The Story of the counterfeit Don Sebastian King of Portugal (from the French History)*. f. 443.

<sup>12</sup> Eliav-Feldon, *Renaissance Impostors and Proofs of Identity*; Valentin Groebner, “Describing the Person, Reading the Signs in Late Medieval and Renaissance Europe: Identity Papers, Vested Figures, and the Limits of Identification, 1400-1600”, in Jane Caplan e John Torpey (orgs.), *Documenting Individual Identity: The Development of State Practices in the Modern World*, Princeton: Princeton University Press, 2018, pp. 15-27 (pp. 16 e 27).

<sup>13</sup> Thomas Gainsford, *The true and vvonderfull history of Perkin VVarbeck, proclaiming himselfe Richard the fourth*, Londres: Printed by E. G. for Nathaniel Bvtter, 1618, p. 6; George Buck, *The History and Life and Reigne of Richard the Third*, Londres: Printed by W. Wilson and are to be sold by W.L. H.M. and D.P, 1647, p. 100.



informação, propiciado pela imprensa, e uma diminuição da credulidade.<sup>14</sup> O fato de estar impresso podia atribuir uma aura de verdade que informações passadas oralmente ou mesmo em manuscrito não necessariamente possuíam e, talvez mais importante, sem haver os dispositivos anteriores de verificação nos quais, em geral, se conheciam os emissores e interlocutores.<sup>15</sup> Em suma, se ainda podemos afirmar que a chamada revolução do impresso possibilitou uma maior difusão e alcance da informação, disso não decorreria que as pessoas seriam elevadas a leitoras consumidoras de notícias com maior capacidade de discernir o verdadeiro do falso. Talvez pelo contrário. Se olharmos para os dias atuais, vemos que as tecnologias digitais quebraram os paradigmas e os “sistemas de peritos” que autorizavam a verdade e assim criaram circuitos alternativos de comunicação e validação do que seria o verdadeiro – e daí o fenômeno contemporâneo das *fake news* num regime paradigmático de “Pós-verdade”.<sup>16</sup> Como proposto por Emma Claussen e Luca Zenobi num dossiê recente sobre ficção e desinformação, podemos perguntar se algo similar não teria ocorrido nos séculos XVI e XVII com a circulação de notícias por meio de gazetas e relações, somada aos novos circuitos de difusão com as redes postais e alargamento do mundo conhecido e amplificada, por fim, pela simbiose entre oral, manuscrito e impresso.<sup>17</sup>

A partir desse enquadramento, proponho mapear o campo semântico<sup>18</sup> a partir do qual as notícias sobre o Falso de Veneza circularam e indagar sobre as noções de verdade e falsidade que guiavam a percepção sobre a autenticidade ou não da história sebastianista. Não pretendo discutir as intenções (no sentido do contextualismo skinneriano) nem as motivações (no sentido da nova história política) da circulação dessas notícias. Também evitarei entrar no debate sobre o

---

<sup>14</sup> Para a construção da ideia de que liberdade de expressão somada ao acesso à informação resultariam no avanço do conhecimento e no combate à falsidade, ver Fara Dabhoiwala, “Inventing Free Speech: Politics, Liberty and Print in Eighteenth-Century England”, *Past & Present*, v. 257, Supplement 16 (2022), pp. 39-74.

<sup>15</sup> Eliav-Feldon, “Invented Identities”; Eliav-Feldom, “Introduction”, pp. 2 e 5; Emma Claussen, Luca Zenobi, “Fiction and disinformation in Early Modern Europe: an introduction”, *Past & Present*, v. 257, Supplement 16 (2022), p. 9. Sobre a preocupação com a crença em rumores pelos “populares” no caso sebastião, ver André Belo, “Da Batalha dos Três Reis aos relatos de naufrágios: sobre notícias e popularidade nos séculos XVI e XVII”, *ArtCultura*, v. 24, n. 44 (2002), pp. 70-71.

<sup>16</sup> Letícia Cesarino, “Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética,” *Ilha*, v. 32, n. 1 (2021), pp. 73-96.

<sup>17</sup> Claussen, Zenobi, “Fiction and disinformation”, p. 8-10. Para a relação entre oral, manuscrito e impresso, parto da “trindade comunicativa” (que também incluiria o visual) de Fernando Bouza (“Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”, *Cultura*, n. 14 (2002), pp. 105-171).

<sup>18</sup> Uso campo semântico a partir de Reinhart Koselleck, *Futuro Passado*, Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, cap. 2, “O conceito moderno de Revolução”, pp. 69ss.

fenômeno da crença e da incredulidade, particularmente em sua dimensão religiosa. A proposta é fazer um exercício de “semântica histórica”<sup>19</sup> e organizar esse vocabulário a fim de pensar o que chamamos de “estatutos de veracidade”, “estatutos da mensagem” e “autorização” da notícia (falsa). Em alguma medida, trata-se de verificar as notícias (falsas) modernas por meio de um inquérito similar ao proposto por Ginzburg para as narrativas históricas (poético-retóricas), ao questionar os sentidos da evidência não meramente como prova documental mas como efeito de verdade.<sup>20</sup> Diante das questões sobre meio e mensagem colocadas pelos novos circuitos de difusão de notícias, vale ainda perguntar se havia diferença no tratamento (no sentido do campo semântico) dos fatos narrados entre gêneros e suportes documentais, bem como pensar como a circulação de informação era tratada nessas fontes.

Serão analisados três grupos documentais ligados à recepção inglesa do caso do Sebastião de Veneza. Primeiro, cartas familiares que relatavam as notícias que circulavam na Londres elisabetana, escritos por John Chamberlain para informar seu amigo, Dudley Carleton. Segundo, cartas negociais, diplomáticas e de espionagem enviadas para ou pelo Secretário de Estado, Robert Cecil. Terceiro, os panfletos sebastianistas traduzidos do francês e impressos entre 1601 e 1603, citados no processo de Gervase Smith. Parafraseando o dito da epígrafe, tentarei mostrar os elementos e o campo semântico que operavam o como e o porquê alguém (“tolo” ou “prudente”) “passaria para frente” uma notícia e quais eram os meios e suportes para sustentar os “fundamentos” (*substance*) que permitiriam “discernir” a veracidade da falsidade (e vice-versa).

### Cartas familiares de Chamberlain

Considerado, por alguns, o corpo epistolar mais significativo existente sobre o que circulava em Londres no período, foi no conjunto de cartas de John Chamberlain para Dudley Carleton, que encontrei a primeira referência inglesa ao caso do Sebastião de Veneza. Por meio dessas missivas talvez seja possível também aceder à dimensão oral da circulação e recepção de notícias, pois Chamberlain escrevia sobre o que se falava na cidade e na corte. Como afirma

---

<sup>19</sup> As propostas aqui apresentadas dialogam também com o trabalho recente de Luciana Villas Bôas, *Encontros escritos. Semântica histórica do Brasil no século XVI*, Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2019. Cf. Reihardt Koselleck, *Futuro Passado*.

<sup>20</sup> Carlo Ginzburg, “Descrição e citação”, in *O fios e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 17-40.



Paul Salzman, Chamberlain estava, sobretudo, interessado em fofocas,<sup>21</sup> o que faz de sua correspondência uma fonte privilegiada para entender como se espalhava a informação no boca a boca das ruas londrinas e nos corredores dos palácios. Chamberlain descreveu a si próprio como um “caminhante de Paulo”, alguém que flanava pela nave da Catedral de São Paulo (nomeada por vezes como “caminho de Paulo”) para obter notícias. A catedral seria o epicentro tanto de meros boatos quanto de notícias importantes sobre o que ocorria no reino e no exterior, e no entorno da igreja estava instalado o mercado livreiro no qual se vendiam as gazetas e relações de sucesso.<sup>22</sup>

Para além do que consta em suas missivas, pouco se sabe sobre John Chamberlain. Filho de uma figura importante dentro da corporação dos ferreiros e que fora vereador da cidade de Londres, Chamberlain, ao que parece, nunca exerceu um ofício, apesar de ter tido formação universitária e jurídica, vivendo da herança deixada pelo pai. Na condição de herdeiro rico, circulava como um observador atento, estabelecendo relações de amizades e patronato, como a feita com Carleton, que então construía uma carreira na diplomacia para galgar posições na corte de Elisabete I.<sup>23</sup> As cartas de Chamberlain e Carleton eram familiares, isto é, cartas que tratam de matérias da vida civil de seus missivistas de forma “coloquial”, no sentido que imitam um colóquio, uma “conversação honesta” entre pessoas discretas e civis sobre temas de sua vida “particular”. A matéria tratada era tanto o que acontecia e se falava na cidade e na corte, as notícias que chegavam do exterior e que circulavam nesses espaços, quanto informações sobre conhecidos em comum, familiares e o estado dos negócios de ambos. Carleton, na maior parte da correspondência, estava fora de Londres, seja servindo em embaixadas ou como secretário de nobres no campo. Chamberlain atualizava seu amigo mais jovem do que ocorria na cidade e na corte – o que talvez fosse importante para este que pretendia se elevar no serviço à coroa.

Foi sob esse registro que apareceram as menções ao caso do falso de Veneza. As referências vão de fins de 1598, poucos meses após o falso Sebastião ter aparecido em Veneza, até a virada de 1600 para 1601, quando os impressos da *Adventure* começaram a circular por Londres. Em carta de 30 de outubro de 1598,

---

<sup>21</sup> Paul Salzman, “John Chamberlain Reads the Year”, in *Literary Culture in Jacobean England*, Londres: Palgrave Macmillan, 2002, pp. 1-12 (p. 1).

<sup>22</sup> “Paul’s walker”, “Paul’s walk”, Roze Hentschell, *St Paul’s Cathedral Precinct in Early Modern Literature and Culture: Spatial Practices*, Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 44-47.

<sup>23</sup> P. J. Finkelpearl, “Chamberlain, John (1553–1628), letter writer”, in *Oxford Dictionary of National Biography*, 2004 (ODNB); Paul Salzman, “John Chamberlain Reads the Year”; Wallace Notestein, *Four worthies: John Chamberlain, Anne Clifford, John Taylor, Oliver Heywood*, Londres: J. Cape, 1956, pp. 29-119; L. J. Reeve, “Carleton, Dudley, Viscount Dorchester (1574–1632), diplomat and letter writer”, ODNB.

antes mesmo das autoridades venezianas prenderem o suposto rei Sebastião, Chamberlain avisava que chegara em Londres a notícia de que:

Há um em Veneza que se declara ser Sebastião, o falecido rei de Portugal, e diz que não foi morto na batalha na Barbaria (como se pensava), mas feito prisioneiro, e que escondeu quem era até que houvesse oportunidade para escapar. Eles [em Veneza] lhe fizeram afirmar que, se ele fosse aquele homem, não pediria sustento ou manutenção, nem a mediação deles, mas se ele não o fosse, que aguardasse por aquilo que merecia.<sup>24</sup>

Poucos meses após essa primeira nota, a história apareceria descrita como notícia "muito quente" por Chamberlain, que, além de fazer um relato mais extenso e detalhado, mudaria o tom em relação ao caso. Em 27 de janeiro de 1599, a notícia não era mais que haveria alguém em Veneza que se declarava como o rei de Portugal, afirmando que não fora morto no Marrocos, mas sim, a de que Sebastião, rei de Portugal, que pensavam ter sido morto, estava em Veneza: "A notícia chega muito quente agora [*newes comes now very hot*] de que Sebastião, o rei de Portugal, que se dizia ter sido morto na batalha da Barbaria, está na República de Veneza, e conseguiu tão bom juízo de si que os venezianos o admitiram e mantém quase oitenta pessoas para seu serviço sob custas deles."<sup>25</sup> Chamberlain escreveu ainda que "diziam" que ele contava "histórias estranhas" ("*straunge stories*") de sua escapada da batalha e de como foi parar no reino de Preste João na Etiópia, depois seguindo para o Leste numa longa peregrinação, quando foi preso, vendido e comprado como escravo vinte a trinta vezes, para finalmente chegar a Veneza. Seu relato era "tão repleto de detalhes" que se tomava por "testemunhos infalíveis". Além disso, afirmava Chamberlain, "dizia-se" que seu confessor viera de Portugal e estivera com ele, atestando ser tudo verdade. O efeito dessas narrativas em Londres parece ter sido grande, pois

---

<sup>24</sup> "There is one at Venice geves himself out to be Sebastian late K. of Portingale, and sayes he was not slaine at the battell in Barbarie (as was thought), but taken prisoner, and concealed himself till he might conveniently get away. They make him aunswer that yf he be the man, he shall not want maintenaunce, nor theire mediation, but yf he be not he must look for what he deserves". John Chamberlain, *Letters Written by John Chamberlain During the Reign of Queen Elizabeth*, Londres: Camden Society, 1861, p. 24. Cf. The National Archives (TNA), Secretaries of State: State Papers Domestic, Elizabeth I (SP), SP 12/268/87, *John Chamberlain to Dud. Carleton*, Londres, 20 out. 1598. f. 141v.

<sup>25</sup> "The newes comes now very hot that Sebastian the king of Portingale, that was said to be slaine in the battell in Barbarie, is at Venice, and hath made so goode triall of himself that the Venetians allowe him, and maintaine almost fowrescore persons about him at theire charge", Chamberlain, *Letters*, pp. 39. Cf. TNA, SP 12/270/16, *John Chamberlain to Dud. Carleton*, Londres, 17 jan. 1599. ff. 26v.

foram aceitas sem reflexão ou cuidado como se fossem relativas aos próprios ingleses, fazendo com que facilmente fossem convencidos a acreditar nelas.<sup>26</sup>

Chamberlain conclui seu relato ponderando que o fim da história só Deus sabia, mas seria muito bom se o Sebastião que aparecera em Veneza fosse o verdadeiro rei, como queriam crer, pois “seria uma reviravolta feliz para a Cristandade”.<sup>27</sup> Contudo, temia, ao fim, que o Sebastião de Veneza seria trapaceado e que acabaria preso. E ao que parece esse temor não era só de Chamberlain, pois dizia-se que rei da Espanha, Filipe III, estava marchando sob Portugal por conta desse “rumor”, embora Chamberlain preferisse crer que Sebastião seria lá recebido e coroado pelos portugueses.<sup>28</sup> O fim do relato sobre o episódio parece-me carregado de certa ironia para com os espanhóis, pois o final feliz desejado por Chamberlain implicaria que não fosse Filipe III a ser coroado como rei de Portugal, mas o retornado Sebastião. Entretanto, o desfecho anunciava-se, na opinião do missivista, trágico para o Sebastião de Veneza. Há uma inversão nos finais entre a crença de que fosse verdadeiro rei, o que levaria a um final feliz, e o temor pelo ardid que Sebastião sofreria e que o levaria a ser preso. Embora pudessem ser verídicas as “histórias estranhas” que ele contava, seu destino seria o de ser enganado, talvez por obra do rei espanhol. Embora só Deus soubesse o futuro (e a verdade), Chamberlain parecia nessa carta se posicionar em relação ao “rumor”.

Havia, entretanto, um certo descompasso na circulação dessas notícias na Inglaterra em janeiro de 1599, pois embora quentes, não pareciam atualizadas. Em novembro de 1598, Catizone já estava preso em Veneza, algo que na carta se projetava no futuro como possível e temido desenlace da trama entre Sebastião e Filipe III. Em sentido oposto, a informação dada sobre a visita de seu confessor vindo de Portugal, que teria atestado ser tudo verdade, era extemporânea, pois os religiosos portugueses, que buscaram comprovar a narrativa do prisioneiro, chegaram na Itália somente após março de 1599. Esses desencontros podem ser um indicador não só da velocidade com a qual as notícias chegavam mas também do grau de acuidade com que eram reportadas (independente se imposturas ou não) naquele circuito de comunicação constituído por uma série de relatos que eram ditos.

O relato e impressões de Chamberlain sobre o Sebastião *em* Veneza ocupam o espaço equivalente a quase uma página em uma carta que tem três. Parece significativo do destaque do assunto à altura. Nas demais páginas, são

---

<sup>26</sup> “They say”, “so many particulers”, “infallible testimonies”, “it is saide”, Chamberlain, *Letters*, pp. 39-40. Cf. TNA, SP 12/270/16, *John Chamberlain to Dud. Carleton*. ff. 26v-27r.

<sup>27</sup> “it were a happy turne for Christendome if it were true, and so beleved”, “rumour”, Chamberlain, *Letters*, p. 40.

<sup>28</sup> Chamberlain, *Letters*, p. 40.

relatadas inúmeras notícias, desde acontecimentos relativos à rainha e às disputas na corte até aqueles ocorridos no exterior, passando por referências a personagens próximos aos dois, e aos mexericos de Londres e do interior, mas sempre de maneira breve. Após esse tratamento mais extenso do caso de Veneza na carta de início de 1599, Chamberlain continua a mencionar a circulação do caso por mais quase dois anos, porém de modo pontual. Conforme foram rareando as menções, o tom levemente inclinado à veracidade da história sebástica foi sendo paulatinamente trocado por outro que ressaltava ser mero rumor.

Logo em março de 1599, Chamberlain diz brevemente que Londres ainda se alimenta de “rumores frescos sobre Dom Sebastião” que afirmam que ele é “*ipsissimus*” (o próprio), tanto que os venezianos teriam mandado embaixadores ao rei de Espanha para anunciar sua volta. Também se dizia que houve execuções de apoiadores de Sebastião em Portugal e que vários foram mandados para Espanha. Sobre isso, ele “não fará apostas”.<sup>29</sup> As apostas diminuem mais ainda em cartas de 7 de agosto daquele ano e de 20 de outubro do seguinte, quando o caso foi descrito como “fábula”. Uma fábula que, entretanto, teima em continuar a aparecer e ser “falada” como se fosse “matéria nova” e “fresca”, seja na Corte (“nossos grandes na Corte falam disso de maneira tão fresca como se fosse matéria nova”), seja depois, no centro comercial e financeiro londrino, a Royal Exchange (“está revificada e, de maneira tão fresca, falada e acreditada na Exchange como sempre o foi”).<sup>30</sup> No intervalo de um ano, as notícias que chegavam (muito) quentes passaram à fábula revificada que era novamente falada como se fosse rumor fresco. Na última menção que Chamberlain fez, na virada para 1601, diz que havia “um murmúrio [*whispering*] de que Dom Sebastião, o redivivo Rei de Portugal, deve estar secretamente na corte, mas *credat Judeus Apella*.”<sup>31</sup> Sequer boatos mais eram, mas sussurros. Além disso, Chamberlain informa que não acreditava no que contavam, se valendo de uma citação do final da quinta das sátiras de Horácio, “*credat judaeus Apella non ego*”.

Destaco alguns aspectos sobre a forma de circulação das informações na Londres elisabetana. O campo vocabular dessa circulação remeteria à comunicação oral (dizer, falar, murmúrio, etc.), indicando que as notícias assim como os boatos se transmitiam ou eram pensados numa lógica marcada pela

---

<sup>29</sup> “fresh rumors of Don Sebastian”, “will lay no wager”, Chamberlain, *Letters*, p. 47.

<sup>30</sup> “fable”, “talke”, “talked”, “our great ones at Court talke of it as freshly as if it were a new matter”, “is revived and as freshly talked and beveled in the Exchaunge as ever it was”, Chamberlain, *Letters*, pp. 52 e 88. 1

<sup>31</sup> “Here is a whispering that Don Sebastian, the revived King of Portugall, shold be secretly at the coort, but *credat Judeus Apella*”, Chamberlain, *Letters*, p. 96.

oralidade. Também se individuavam alguns dos espaços pelos quais notícias e boatos circularam, para além da Catedral de São Paulo. Tanto a Corte, centro monárquico, quanto Royal Exchange, centro mercantil e financeiro, foram explicitados, mas, ao que parece, como locais onde se requeentavam notícias velhas como boatos novos, o que talvez indique que eram receptores de segunda mão da informação que antes passava por outros espaços como novidade. Aqui, entra um segundo aspecto que se refere à qualificação da informação dada por variações no campo semântico. Houve uma mudança vocabular que acompanhou a mudança de credulidade na veracidade das notícias sobre o Sebastião de Veneza. Se antes, as notícias eram ditas, depois, os rumores passaram a ser falados. Ao mesmo tempo, os adjetivos que consideraríamos sensacionalistas como “muito quentes” e “estranhas” qualificavam, pelo contrário, o momento de maior veracidade (e novidade) da “notícia” e da “história”. Mas a descrença foi sendo explicitada menos pela ação e qualificação e mais pela definição dada por substantivos como rumores, fábula e murmúrios, que também acompanhavam o fato de referirem não mais a “novas” (*news*). Nesse sentido, não deixa de ser curioso que as notícias eram quentes, mas os rumores frescos (inclusive quando não eram mais “novos”). Aparecia um juízo, explicitado numa variação vocabular, sobre o que era notícia, rumor ou notícia falsa, mas não fica evidente nas cartas quais eram os critérios para discernir um de outro. Se podemos retrair um circuito da informação (e da desinformação) esboçado nas cartas familiares de Chamberlain, fica evidente que tanto as notícias quanto os rumores deveriam ser informados porque o importante era contar o que estava sendo comentado. Nessa necessidade de contar, a classificação de qual notícia era verdadeira ou falsa, crível ou incrível, tornava-se algo secundário, ainda que não fosse de todo desimportante.

### Cartas diplomáticas de e para Cecil

Talvez fosse pensando nos circuitos acima, nos quais a disseminação da notícia importava mais do que sua veracidade, que William Stallenge, mercador de Plymouth com interesses nas praças (e naus) ibéricas, citou aquele dito espanhol que serve de epígrafe a este artigo. Naquela carta para Robert Cecil de 10 de agosto de 1601, Stallenge escrevia que se seguissem o ditado na Inglaterra, isto é, se verificassem a “substância” (fundamento)<sup>32</sup> da notícia antes de passá-la adiante, “Sua Majestade e o senhor não seriam tão frequentemente

---

<sup>32</sup> Verbetes "substance, n.", *Oxford English Dictionary (OED) Online*. 2022.



atormentados”.<sup>33</sup> A importância da informação ser fidedigna era evidenciada por Stallenge. O mercador esclarecia o Secretário de Estado a respeito dos boatos de que os espanhóis estariam montando um grande exército de 25 mil homens. Afirmava que, mesmo que houvesse essa pretensão por parte de Madri, nem em Espanha nem em Portugal haveria gente e recursos para tanto. E tranquilizava o secretário: os “espanhóis, por conta de Dom Sebastião, estão com mais medo de nós que nenhuma razão resta para que fiquemos [com medo] deles”.<sup>34</sup>

A retransmissão de notícias sem verificação geraria problemas para o governo de Elisabete I e de seu secretário, Cecil (e era isso que talvez ocorresse comumente com aquelas obtidas no “caminho de Paulo”). Assim, discernir as substâncias das notícias seria a função de quem repassasse as informações ouvidas, isto é, verificar seus fundamentos (“*substance*”). Mesmo no mundo das controvérsias da República das Letras (paralelo ao da política), afirmações sem substância, segundo Richard Montagu, seriam extravagâncias, sonhos, ficções e sombras.<sup>35</sup> Numa chave mais religiosa, em meio às disputas intestinas dos anos 1650, uma afirmação sem substância seria uma mentira enganadora, um mero truque como o de um prestidigitador (talvez o próprio demônio).<sup>36</sup> Se podemos ler a máxima espanhola evocada por Stallenge como um *fact-checking* que evitaria que *fake news* se proliferassem, o emprego de “discernir” (“*to descerne*”) mas também do “ser prudente” (que aparece na fonte como “*to be wise*”, como era comum no inglês quinhentista e seiscentista)<sup>37</sup> remetem à virtude da prudência –

---

<sup>33</sup> “Your Majesty and you [...] woulde not be so often troubled.”, TNA, SP 12/281/33, *Wm. Stallenge to Sec. Cecil*, Plymouth, 31 jul. 1601, f.69r-69v. A cópia digitalizada da microfilmagem dos *Calendar Papers* disponível em *State Papers Online* está incompleta, constando só o verso do fólio 69.

<sup>34</sup> “Spaniardes by reason of Don Sebastian stande in more feare of us than any reason leaves why we should [stand in fear] of them”, TNA, SP 12/281/33, *Wm. Stallenge to Sec. Cecil*, 69v.

<sup>35</sup> Richard Montagu, *Diatribæ vpon the first part of the late History of tithes*, Londres: Imprinted by Felix Kyngston, for Matthevv Lovvnes, 1621, p. 7. Cf. Bruno Galeano, “John Selden e a escrita de uma história antiquária: Coleção, sincronismo e a controvérsia dos dízimos na Inglaterra do século XVII”, Tese de Doutorado (História), USP, 2023, p. 341.

<sup>36</sup> Arise Evans, *A Voice from Heaven, to the Common-Wealth of England*, [Londres]: Printed in the yeare, 1652, p. 65.

<sup>37</sup> Ver, entre outros, os verbetes “To be wise” e “Prudence” em John Rider, *Bibliotheca Scholastica* (1589), Disponível em *State Papers Online* consultados via *Lexicons of Early Modern English*, (LEME) (<https://leme.library.utoronto.ca/>). No seu famoso *A Choice of Emblems* (1586), ao fazer uma versão do emblema “*Usus [libri], non lectio prudentes facit*” do *Emblemata* (1564) de Joannes Sambucus, Geoffrey Whitney transformou a palavra “prudentes” do mote em latim em “*wisedome*” no epigrama que escreve em inglês. Vale notar que podemos aproximar o emblema ao dito espanhol, por ambos refletirem sobre a questão da recepção da informação (vinda seja da notícia, seja do livro). Geoffrey Whitney, *A Choice of Emblemes, and Other Deuises, for the Moste Parte Gathered Out of Sundrie Writers, Englished and Moralized. and Diuers Newly Devised*, Leiden: In the house of Christopher Plantyn, by Francis Raphelengius, 1586, p. 171; Joannes Sambucus, *Emblemata*, Antuérpia: Christophe Plantin, 1564.



e não à verificação da verdade dos fatos. A “*wisdome*” (como tradução de prudência) era definida, nos dicionários da época, como a habilidade de discernir sobre determinada matéria e perceber o que era adequado ser feito, segundo as circunstâncias do tempo.<sup>38</sup> Implicava um cálculo, em geral político, para guiar a ação buscando seu melhor fim.<sup>39</sup> Discernir sobre as notícias era o que separava ser prudente (“*to be wise*”) de ser tolo (“*to be foole*”). Ser tolo não era escutar e acreditar nas notícias sobre o Sebastião de Veneza, mas se fiar nos boatos sobre os espanhóis estarem armando um grande exército para lutar contra os ingleses. No limite, ser prudente era discernir não só sobre quais fatos tinham substância mas sobre quais as notícias espalhadas por alguém, muitas vezes um tolo, fariam com que não se percebesse o que estava em jogo. A notícia falsa era a da preparação da invasão, comprovada pelo medo espanhol dos ingleses por conta das notícias de “Don Sebastian”, subtendendo-se, talvez, que havia um receio de que a coroa elisabetana apoiasse a causa sebastianista. Diferentemente das cartas de Chamberlain para Carleton, era importante discernir com prudência a substância da notícia antes de divulgá-la quando o destinatário fosse uma autoridade. Do contrário, simplesmente se atormentava os governantes. A desinformação não seria necessariamente a notícia falsa, mas a informação (falsa) que é inútil para a Razão de Estado. Tanto assim que o mercador não está interessado em informar se o Sebastião de Veneza era ou não o verdadeiro D. Sebastião, mas sim que os espanhóis estariam preocupados com ele (e portanto não pensavam em invadir a Inglaterra). Nessa carta e em outras menções ao caso do Sebastião de Veneza na documentação governativa do reinado de Elisabete I, o que definia o discernimento sobre a substância da notícia pautava-se por um tipo de prudência que nem sempre se guiava exclusivamente pela veracidade da narrativa.

Essa correspondência era composta por aquilo que nos tratados retóricos derivados da *ars dictaminis* eram chamadas cartas negociais, fossem elas diplomáticas, mercantis, ou mesmo de espionagem. Diferente das cartas de Chamberlain, as cartas para (e de) Cecil não emulavam uma mera “conversação honesta” entre “amigos” sobre seus assuntos particulares. Como cartas negociais, visavam dar informações para tomada de decisões, e, por isso, em princípio, não deveriam assumir um tom de colóquio nem tratar de temas civis (no sentido da civilidade entre pessoas urbanas) – ainda que pudessem emular isso por razões

<sup>38</sup> John Minsheu, *A Dictionary in Spanish and English* (1599), verbete “prudência”; Thomas Wilson, *A Christian Dictionary* (1612), verbete “*wisdome*”, via LEME.

<sup>39</sup> André Sekkel Cerqueira, “A prudência no século XVII. Arqueologia de um conceito, de Aristóteles a La Mothe Le Vayer”, in Luís Filipe Silvério Lima, Marília de Azambuja Ribeiro Machel (org.), *Cultura Letrada no Espaço Euro-Atlântico (Sécs. XVI-XVIII)*, Recife: Editora UFPE, 2022, pp. 220-271 (p. 222).

diplomáticas, como veremos. Ambos os gêneros epistolares, familiar e negocial, buscavam informar, mas não partilhavam nem o modo de informar nem a preocupação com a “substância” da informação. Mais que isso, o uso desta pelos missivistas mudava.

Quais eram essas cartas e quais os usos da informação que elas continham? Não há tantas referências ao Sebastião de Veneza nos *Calendars* dos “State Papers” e dos “Cecil Papers”, catálogos de grande parte da documentação produzida no âmbito da Coroa inglesa.<sup>40</sup> Entre essas, há duas cartas enviadas por exilados portugueses que atuaram na campanha pelo Sebastião de Veneza. Uma, escrita em espanhol em 31 de outubro de 1600, era da pena do próprio José Teixeira, autor-compiler das *Adventures*, endereçada ao embaixador inglês junto à coroa francesa, Henry Neville. Ao que parece ambos mantinham correspondência; a carta inclusive daria a entender que teria sido Neville que havia perguntado sobre o Sebastião de Veneza. Teixeira narrou que portugueses em Veneza conseguiram identificar, por meio da verificação de sinais corporais, que o prisioneiro era o verdadeiro D. Sebastião e que outro exilado português, também ex-antonista e agora sebastianista, João de Castro, lhe escrevera cartas confirmando a notícia. Sugeria, ao fim, que Neville deveria informar essa notícia à rainha inglesa, que, segundo Teixeira, sempre gostara de D. Sebastião.<sup>41</sup> A outra era do próprio João de Castro,<sup>42</sup> enviada em 20 de dezembro do mesmo ano diretamente de Veneza aos “Milorddes do Conselho de Estado” (o Conselho Privado, provavelmente). A carta foi redigida em português, mas foi traduzida para o inglês, provavelmente para análise dos membros daquele conselho da Rainha, o qual Robert Cecil, como Secretário de Estado, presidia. Castro também narrava as desventuras do preso, mas ao contrário de um tom mais cauteloso e evidentemente externo adotado por Teixeira, que falava sempre a partir de testemunhos de terceiros, Castro afirmava peremptoriamente que aquele era o verdadeiro D. Sebastião, não só por ter sido confirmado por vários portugueses, mas também por ele próprio tê-lo reconhecido. Assim assegurava, como

---

<sup>40</sup> Para os *Calendars*: *British History Online* (<https://www.british-history.ac.uk/>). Para a digitalização das fontes: *State Papers Online* (<https://www.gale.com/intl/primary-sources/state-papers-online>) e *The Cecil Papers* (<https://www.proquest.com/cecilpapers>).

<sup>41</sup> TNA, SP 78/44/136, *Joseph Teixeira to Nevill*, Paris, 31 out. 1600, f.322r-322v.

<sup>42</sup> Sobre João de Castro e o caso do Falso de Veneza, ver Azevedo, *Evolução*; Bercé, *Rei Oculto*; Hermann, *No Reino do Desejado*; João Carlos Serafim, “From Politics to Prophecies: Portuguese Resistance and the Prophetic Arsenal at the Time of King Philip of Spain”, in Luís Filipe Silvério Lima, Ana Paula Megiani (org.), *Visions, Prophecies and Divinations*, Leiden: Brill, 2016, pp. 179–194; Belo. *Morte e Ficção*.

testemunha, que o prisioneiro era o verdadeiro rei, assumindo a carta um tom de denúncia sobre uma situação trágica que necessitava intervenção urgente.<sup>43</sup>

Além dessas duas correspondências, da lavra de portugueses apoiadores da causa sebástica, encontrei um pouco menos de uma dezena de menções, em geral breves e em meio a vários assuntos, em informes de agentes ingleses entre abril de 1599 e setembro de 1601.<sup>44</sup> Nessa documentação, direcionada sobretudo para Robert Cecil, parece-me que mais importava relatar a repercussão do que estava acontecendo na Itália, em Madri ou em outras cortes, do que colocar em questão ou mesmo verificar se o Sebastião de Veneza era de fato o rei perdido em Alcácer-Quibir. Destacava-se na correspondência o que o aparecimento do rei Sebastião estava ocasionando nos espíritos em Portugal e como estava mexendo com os temores de Espanha. Junto a essas referências ao Sebastião de Veneza, aparecem em outras cartas e relatos desses mesmos conjuntos documentais discussões sobre o que um rei natural em Portugal poderia ocasionar em termos de rearranjo no concerto dos reinos (especialmente em relação à França e Inglaterra).<sup>45</sup> Emergem questões sobre a sucessão do trono português ou sobre quem herdaria a coroa britânica, já que, como Sebastião I, Elisabete I também não gerara sucessores.<sup>46</sup>

<sup>43</sup> TNA, SP 89/3/7, *Dom João de Castro to the Lords of the Council. Affirms that the [imposter] imprisoned at Venice is really the King Dom João, reputedly killed in battle in 1578, as he claims to be.* Veneza, 20 dez. 1600. f. 19r-21v. A carta em português de Castro foi transcrita em: Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, pp. 114-116.

<sup>44</sup> “Giles Van Harwick [alias Wm. Resould] to Peter Artson [alias Cecil], Lisboa, 14/24 abr. 1599”, in Mary Anne Everett Green (org.) *Calendar of State Papers Domestic: Elizabeth, 1598-1601*, Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1869, pp. 173-190; “Gieffrey Luthar to Sir Robert Cecil, Veneza, 12 ago. 1599”, in R. A. Roberts (org.), *Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House, Vol. 9 (1599)*, Londres: His Majesty's Stationery Office, 1902, p. 290; “Phillip Cowper to Sir Robert Cecil, Bristol, 28 jun. 1600”, in R. A. Roberts (org.), *Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House, Vol. 10 (1600)*, Londres: His Majesty's Stationery Office, 1904, pp. 191-217; “Andre Lopez Pinto to Sec. Cecil, 4 dez. 1600”, in Green, *Calendar of State Papers Domestic: Elizabeth, 1598-1601*, pp. 494-504; “W. Elston to John Predeaux, 5 dez. 1600”, in Roberts, *Calendar of the Cecil Papers*, v. 10, pp. 401-421; “Sir John Gilbert to Sir Robert Cecil, Plymouth, 27 jul. 1601”, in R. A. Roberts (org.), *Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House, Vol. 11 (1601)*, Londres: His Majesty's Stationery Office, 1906, pp. 287-313; “Wm. Stallenge to Sec. Cecil, Plymouth, 31 jul. 1601”, in Mary Anne Everett Green (org.) *Calendar of State Papers Domestic: Elizabeth, 1601-1603*, Londres: His Majesty's Stationery Office, 1870, pp. 61-79; “Sir George Carew to Secretary Cecil, Cork, 21 ago. 1601”, in Robert Pentland Mahaffy (org.), *Calendar of State Papers, Ireland, 1601-1603*, Londres: His Majesty's Stationery Office, 1912, pp. 1-45; “Henry Sneddall to Sir Robert Cecil, Londres, 31 ago. 1602”, in R. A. Roberts (org.), *Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House, Vol. 12 (1602-1603)*, Londres: His Majesty's Stationery Office, 1910, pp. 311-340.

<sup>45</sup> “Giles Van Harwick [alias W. Resould] to Peter Artson [alias Cecil], Lisboa, 19/29 nov. 1598”, in Green, *Calendar of State Papers Domestic: Elizabeth, 1598-1601*, pp. 115-127.

<sup>46</sup> “Rob. Parsons to —, 15 jun. 1599” in Green, *Calendar of State Papers Domestic: Elizabeth, 1598-1601*, pp. 205-230; Hatfield, CP 141-144, 141/42 e 44, 144/132 e 133, *Genealogical Notes on Portugal, &c.*, Antes de ago. 1598.

Se tivermos em vista esses outros aspectos, podemos ler a preocupação em narrar ou acompanhar o que ocorria como parte de um cálculo político que menos se importava com a verdade da causa sebastianista e mais com suas potenciais implicações dinásticas. Isso ficava premente quando se buscava uma solução para o impasse da guerra anglo-espanhola (e mesmo das disputas entre católicos e protestantes) que se arrastava há mais de uma década, e que tomara outro sentido após a morte de Filipe II (1598) e os rearranjos causados por conta da sucessão da Monarquia Católica e um esperado enfraquecimento dos Habsburgo.<sup>47</sup> Deve-se notar que havia posições conflitantes na corte elisabetana sobre a guerra anglo-espanhola após a derrota da Invencível Armada (1588). De um lado, havia os que propunham o enfrentamento militar direto com a Espanha, muitas vezes movido por questões confessionais; de outro, aqueles que tentavam evitar o confronto enquanto buscavam minar o poderio espanhol de maneiras indiretas e, por meio disso, obter espaço para barganha. Robert Cecil fazia parte desse segundo partido a favor de evitar a confrontação com os Áustria. Foi ele que começou a costurar nos anos finais do reinado de Elisabete uma paz com Espanha, o que teve êxito em 1604, já como secretário de Jaime I. Uma das questões espinhosas era o acesso aos mares e aos portos, particularmente, das Índias Orientais, que pertenciam, ainda que nominalmente, à coroa portuguesa. Os grandes mercadores receavam que um acordo definitivo com os Habsburgos pudesse impedir os corsários ingleses de navegar e comerciar (e pilhar) livremente, somado ao fato de que, por conta dos anos de guerra e hostilidades anglo-ibéricas, poucos eram aqueles que tinham logrado estabelecer relações comerciais estáveis, seja com portugueses seja com espanhóis. A paz que Cecil perseguia reclamava um cálculo para manter certos grupos mercantis (além dos anticatólicos e anti-hispânicos) satisfeitos.<sup>48</sup> Assim, a leitura diplomática do caso do Sebastião de Veneza se fazia a partir do equilíbrio das relações com Espanha, no qual a procura pelo fim da guerra precisava também manter espaços vantajosos (ou não deletérios) para grupos mercantis.

Vale notar, entretanto, que a maior parte desses informes tinha origem em Lisboa, por parte de espiões do secretário, ou de cidades portuárias como Bristol e Plymouth. Nesses portos ingleses chegavam emissários da coroa, vindos de Lisboa, Madri ou Paris, com novas do continente, bem como lá estavam mercadores como Stallenge, que serviam de fonte de informação para Cecil, pois tinham interesses comerciais em várias praças e com isso sabiam o que ocorria

---

<sup>47</sup> "Giles Van Harwick [alias Wm. Resould] to Peter Artson [alias Cecil], Lisboa, 16 dez. 1599", in Green, *Calendar of State Papers Domestic: Elizabeth, 1598-1601*, pp. 128-140.

<sup>48</sup> Richard Reed, "Sir Robert Cecil and the Diplomacy of the Anglo-Spanish Peace, 1603-1604", Tese de Doutorado, História, Universidade de Wisconsin, 1970, pp. 45-46, 165-168, 223-224. Cf. Susan Doran, *Elizabeth I and Foreign Policy, 1558-1603*, Londres: Taylor and Francis, 2000, p. 49.

nelas (e, ao se colocarem a serviço de Cecil, também defendiam suas próprias agendas e levavam suas demandas ao secretário). Portanto, eram relatos que não vinham de Veneza (ou mesmo de Florença ou Nápoles), por onde passaram Catizone e sua “corte” sebastianista. Houve, contudo, movimentos para se obter notícias diretamente do local onde se desenrolavam as “aventuras”. Em uma carta para Cecil de 22 de agosto de 1599, após ser informada a situação do grupo sebastianista preso em Veneza, são oferecidos os serviços de Gieffrey Luther, que residia na Sereníssima República, para reportar sobre esse e outros assuntos.<sup>49</sup> Há ainda uma menção, em um relato sobre um processo de 15 de dezembro de 1600, de que Elisabete I teria mandado um português de sua confiança, chamado Prynne, para investigar *in loco* se o Sebastião de Veneza era de fato o rei.<sup>50</sup>

Uma das razões para esse circuito quebrado de informações no caso veneziano é que a coroa inglesa não tinha agentes diplomáticos autorizados junto à República nem houve embaixadores venezianos na Inglaterra durante o reinado de Elisabete I (1558-1603).<sup>51</sup> Uma carta enviada para Cecil, no início do séc. XVII, advertia que todos os reis e estados importantes possuíam cônsules nos domínios da *Signoria* de Veneza, menos a rainha Elisabete e a Inglaterra – e essa ausência seria prejudicial para o comércio marítimo daquela monarquia, visto que os navios ingleses eram um dos mais presentes nos portos da República.<sup>52</sup> De fato, entre os anos de 1598, quando Catizone apareceu, e 1603, quando foi executado, há cartas reportando problemas relacionados a navios e mercadorias

---

<sup>49</sup> Hatfield, CP 72/59, *Gieffrey Luthar to Sir Robert Cecil*. Veneza, 12 ago. 1599. Cf. “Cecil Papers: August 1599, 11-20”, in Roberts, *Calendar of the Cecil Papers*, v. 9, pp. 286-315. Entretanto, as informações não viriam diretamente de Veneza, mas sim via Milão, pois precisariam de um intermediário, um tal de John Standley, que, em outra documentação, aparece como capitão: “Cecil Papers: November 1605, 16-30”, in M. S. Giuseppi (org.), *Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House, Vol. 17 (1605)*, Londres: His Majesty's Stationery Office, 1938, pp. 492-531.

<sup>50</sup> “Cecil Papers: December 1600, 1-15”, in Roberts, *Calendar of the Cecil Papers*, v. 10, pp. 401-421. Não localizei referências a esse suposto espião português, mas há documentação sobre um capitão Edward Prynne e que provavelmente será o Prynne da carta, apesar dele ser inglês até onde pude aferir. Capitão Prynne estava na folha de pagamentos de Cecil, mas antes fora agente de D. Antônio, Prior do Crato, e, no ano da carta, atuou como mediador junto à embaixada marroquina que estava em Londres. Alan Haynes, *The Elizabethan secret services, Gloucestershire, RU: Sutton*, 2001, pp. 135-136; Bernard Harris, “A Portrait of a Moor”, *Shakespeare Survey*, 11 (1958), p. 93.

<sup>51</sup> “Accredited Diplomatic Agents in Venice”, in Rawdon Brown (org.), *Calendar of State Papers Relating To English Affairs in the Archives of Venice*, Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1864, v. 1, pp. cxliii-cl; *Archivio di Stato di Venezia. Dispacci degli Ambasciatori al Senato*, Roma: Ministero Dell'Interno, Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 1959, p. 137.

<sup>52</sup> Hatfield, CP 251/110, *Paul Pinder to Sir Robert Cecil*, [1600]. Isso depois seria indicado pela própria *Signoria* de Veneza, interessada no comércio que a Inglaterra estabelecera com o Levante, Hatfield, CP 91/79, *Michael Loke to Sir Robert Cecil*. Londres, 29 jan. 1602/3.



inglesas em Veneza, alguns apreendidos sob acusação de pirataria, bem como de embarcações venezianas com processos nos tribunais de Londres.<sup>53</sup>

Talvez por conta dessa ausência de legados diplomáticos, em algum momento de 1601, o próprio Cecil escreveu para o secretário do conselho dos Dez de Veneza, Piero Pellegrini, para averiguar a veracidade de certos rumores de que D. Sebastião estaria vivo e preso em Veneza. Há somente a primeira versão em inglês e o rascunho revisado da tradução para o italiano, mas não a carta enviada.<sup>54</sup> No original em inglês e na versão em italiano, Cecil afirmava que os rumores (“bruits”/“romori”)<sup>55</sup> sobre o Sebastião de Veneza continuavam a circular de tempos em tempos, como notado antes por Chamberlain. Diversos portugueses teriam confirmado a notícia, mobilizado príncipes para a causa e mostrado inúmeros sinais de que aquele era mesmo o rei perdido em Alcácer-Quibir. As provas teriam sido suficientes e a circulação tinha sido efetiva para ter impressionado muitos em Veneza e pareceria, para Cecil, ser “infundado” ou “impertinente” já de partida “duvidar de sua veracidade” ou “suspeitar em contrário”.<sup>56</sup> Entretanto, a postura de Cecil era guiada pela prudência, porque não era “Ignorante de o quanto um desejo apaixonado pode prevalecer nos homens, a figurar tais coisas para eles, o que pode tender tanto ao favorecimento do Interesse privado, ou ao engendramento da vingança contra um Inimigo; e da mesma maneira, aquilo que fraude e maldade tem feito em muitos Estados, por meio de tais apoios”. Enfim, se Cecil não estava certo em “dar muito crédito a tais relatos”, também lhe parecia “um tipo de temeridade, rejeitar todas as

---

<sup>53</sup> Hatfield, CP 60/42, *Paul Bayning and other Merchants trading to Italy to Sir Robert Cecil*. Londres, 13 mar. 1598/9; Hatfield, CP 183/116; Hatfield, CP 78/95, *Giovanni Basadonna to Anthony Bacon*, Veneza, 18/28 abr. 1600; Hatfield, CP 97, [*The Queen to the Doge of Venice*] (1602).

<sup>54</sup> Hatfield, CP 192/29, [*The Earl of Salisbury*] to Piero Pelegrini, *Secretary of Venice*. [Draft in English], [1605], ff. 29r-30v; e CP 115/4, [*The Earl of Salisbury*] to Piero Pelegrini, *Secretary of Venice*, ff. 6r-7v. Tanto o texto em italiano quanto o em inglês são estados intermediários – rascunhos, cópias corrigidas – e não a carta enviada, como um bom número das cartas no fundo dos *Cecil Papers*. Angela Andreani, *The Elizabethan Secretariat and the Signet Office: The Production of State Papers, 1590-1596*, Nova York: Routledge, 2019, p. 79. Em nenhuma das versões, há data, com exceção do ano “1605” presente nas anotações no verso da folha, em mão diferente das cartas. Parece-me estranho que só em 1605, quando o caso estava encerrado visto que Catizone fora executado em 1603, Cecil tenha pedido uma opinião sobre o acontecido. Além disso Cecil mencionou a questão dos sinais e marcas do prisioneiro de Veneza, que estava na carta de Castro de dezembro de 1600, discutida provavelmente no Conselho Privado. Sendo assim proponho o ano de 1601 como data mais provável.

<sup>55</sup> Para as acepções de rumor em italiano, ver Frances Gage, “Caravaggio’s Rumore: Fact, Fiction and Authority in Giovanni Baglione’s *Lives of the Painters, Sculptors and Architects*,” *Past & Present*, v. 257, Supplement 16 (2022), pp. 111-140; verbete “bruit, n.,” *OED Online*. Março 2023.

<sup>56</sup> “baseless”/“impertinente molto”, “to doubt of the Verity of him”/“il sospettar ne in contrario”, Hatfield, CP 192/29, f. 29v; CP 115/4, f. 6r.



circunstâncias a partir de suposições tão peremptórias.<sup>57</sup> Por isso, pedia o parecer sobre esses boatos ao secretário, pessoa indiferente à causa, além de discreta e de julgamento, admirada por sua “gravidade e prudência”. A prudência de Cecil também indicava que ele não se deixava levar por paixões, pois como homem de civilidade e político percebia a ocasião – e com isso, se distinguia das pessoas que se deixavam governar pelos desejos e afetos descritos na carta. Aqui, importava a verificação dos fundamentos dos relatos de maneira desapassionada, para prudente e judiciosamente tomar a melhor decisão. O tom da carta parece querer tanto distanciar a enquete de qualquer ação guiada pela astúcia, quanto evitar decisões baseadas em “benefício” ou “interesse privado” ou vingança que resultavam em “fraude e maldade” ou “engano malicioso” e consequente ruína do Estado.<sup>58</sup> Fraude e trapaça, como ações decorrentes da Astúcia, eram perversões da virtude da Prudência e, portanto, inimigas do bom governo – e de seus servidores, que deveriam buscar o que era justo e evitar o erro.<sup>59</sup> Contudo, o justo aparecia sempre temperado por aquilo que era bom para o Estado. No caso construído por Cecil, ambos os Estados; ambos servidos por secretários interessados numa relação proveitosa e amigável de ambas as partes.

O texto da carta aproximava Cecil de Pelegrini, como detentores de lugares (“places”) e graus (“gradi”) em serviços públicos. Mais, os Estados aos quais ambos serviam tinham uma “antiga amizade” e podiam ter ganhos com essa aproximação dos dois secretários. Essa retórica da proximidade pela qual os missivistas (diplomatas, secretários de estados, soberanos) eram pessoas que partilhavam uma mesma visão de mundo, permeada com lugares-comuns da amizade, era cada vez mais recorrente numa correspondência diplomática que assumia um estilo familiar, tomado das epístolas humanistas, para persuadir o destinatário.<sup>60</sup> Sem dispensar as tópicas do gênero deliberativo, a carta diplomática se fundava na emulação de uma amizade civil, quase soando com

---

<sup>57</sup> “ygnorant, how much a passionate desi[re] can preuayle in men, to figure to themselves such things, as may tende either to the furthering of a private Interest, or to the working of a revenge upon an Enemy; and lykewise, what fraude and malice haue doo [...] in many Estates, by such kind of supporting”; “to geue too much credytt to such reports”; “a kind of temerity, to reject all occasions upon so peremptory suppositions”. Hatfield, CP 192/29, ff. 29r-29v; CP 115/4, ff. 6r-6v.

<sup>58</sup> “gravity and wisdome”/“gravitá et prudenza”, “private Interest”/“benefitio”, “fraude and malice”/“fraudelenti et malitiosi inganni”, Hatfield, CP 192/29, ff. 29v; CP 115/4, ff. 6v.

<sup>59</sup> Toon van Houdt, “Word Histories, and beyond: towards a conceptualization of fraud and deceit in Early Modern Times”, in Toon van Houdt et al., *On the Edge of Truth and Honesty: Principles and Strategies of Fraud and Deceit in the Early Modern Period*, Leiden: Brill, 2021, pp. 1-32 (p. 9).

<sup>60</sup> Sobre esse tom familiar nas cartas diplomáticas de Cecil (e no corpus dos “Cecil Papers” guardados na Hatfield House) ver Andreani, *The Elizabethan Secretariat and the Signet Office*, pp. 74-75. Sobre os sentidos da amizade nos círculos letrados ingleses, ver Bruno Galeano, “John Selden e a escrita de uma história antiquária”, pp. 57-63 e 409-411.

uma carta familiar (como as de Chamberlain). Mas a peroração e a petição se enquadrariam num tom negocial, pois tratavam não de matérias particulares, mas das questões gerais da Razão de Estado. Assim, a amizade emulada não seria fundada em afetos, mas em uma proximidade de homens de qualidade que se reconheceriam como iguais e por isso poderiam privar, de partida, de uma familiaridade ao conversarem. Para Cecil, a “substância”, o fundamento da notícia, seria também discernida pelo que poderia resultar para a coroa inglesa num quadro mais amplo das relações entre Estados. Saber o que havia de substantivo para além das paixões era necessário, mas era primordial considerar as paixões de maneira desapaixonada para deliberar sobre o melhor rumo de ação. Assim, ao contrário das cartas familiares de Chamberlain, na qual o que importa relatar era a circulação da notícia e dos boatos, nas cartas diplomáticas de Cecil era importante separar a notícia do boato. A substância da verdade era a verdade da prudência (“*wisdom*”). Por esse estatuto de veracidade, o que torna falsa uma notícia, menos do que a falta de embasamento, era interpretá-la movido de maneira temerária pelas paixões, levando à ruína os Estados (e seus servidores).

### **Panfletos impressos de Teixeira (e Munday)**

Qualquer das duas posições sobre o valor da informação presentes nas cartas de Chamberlain e Cecil, nas quais se ponderava e perguntava sobre a veracidade das notícias seja para qualificar o que era dito (Chamberlain), seja para verificar sua “substância” (Cecil), não apareceram nos impressos. Naqueles panfletos e livros que localizei mencionando notícias sobre o Sebastião de Veneza, a posição assumida era: rejeitar como impostura e mera credence popular e superstição dos rústicos – e portanto seriam notícias falsas (com resultados potencialmente desastrosos para o bem comum do Estado se não contidas); ou dizer que eram verdadeiras, ainda que – ou talvez porque – fossem admiráveis ou estranhas (e que deveriam ser lidas e compartilhadas como notícia verdadeira e curiosa – e tomadas como exemplo para pensar a situação do Reino inglês). Em ambos os casos, parece-me que serviam mais para amplificar a informação e posições que já circulavam oralmente (ou por manuscritos), do que darem uma informação nova ou discutir se verdadeira. André Belo, ao tratar de relatos da batalha de Alcácer-Quibir e de naufrágios, lembra que as notícias impressas nas “relações” do período serviam para confirmar o que já se falava ou evocar assuntos e temáticas que tinham boa recepção e faziam sentido numa

comunidade de leitura.<sup>61</sup> Afinal, um dos objetivos de uma casa livreira era vender, e ir ao encontro do horizonte de expectativas dos potenciais leitores e leitoras pareceria uma boa estratégia.

A posição de rejeição dá o tom da primeira referência que encontrei em impressos. É uma breve menção no *Lenten stufte*, publicado em 1599. *Lenten stufte* era um texto satírico escrito pelo polêmico dramaturgo Thomas Nash, no qual ironizava os relatos maravilhosos como nos panfletos descritos acima, bem como a crença em notícias admiráveis e estranhas. Quando comentava que a ignorância da “gente comum” e dos “tolos do campo” os fazia “propensos a devorar qualquer coisa” tal qual “gaivotas gulosas”, dava como exemplos a crença dos populares de que a esposa de um chapeleiro daria luz ao messias em Londres, que um que se proclamava Elias seria inspirado ao comer carneiro e mingau, e, por fim, “que Dom Sebastião Rei de Portugal (morto 20 anos atrás [...] na Batalha de Alcazar) voltou dos mortos como Lázaro e está vivo em Veneza para quem quiser vê-lo”.<sup>62</sup> Segundo a descrição picaresca de Nash, somente pessoas comuns e do campo acreditaram no retorno do rei Sebastião de Portugal, e aquele tipo de crença não só era recorrente como uma prova de sua ignorância. O caso de Gervase Smith, citado no início, não corroboraria, entretanto essa hipótese; ele era um ministro educado em Oxford que leu e acreditou nas notícias da *Adventure*.

Nos panfletos lidos por Smith, o tom segue a segunda posição. Logo após a impressão dos livretos organizados por frei José Teixeira em francês, foram lançados em Londres em formato em quarto.<sup>63</sup> No mesmo ano que o primeiro dos

---

<sup>61</sup> Belo, “Da Batalha dos Três Reis aos relatos de naufrágios”, pp. 66-69.

<sup>62</sup> “that Don Sebastian King of Portugall (slyayne twenty yeares since [...] at the battell of Alcazar) is raysed from the dead like Lazarus, and aliue to be seene at Venice”, Thomas Nash, *Nashes Lenten stufte containing, the description and first procreation and increase of the towne of Great Yarmouth in Norffolke*, Londres: Printed for NL and C and are to be sold at the west end of Paules, 1599, pp. 60-61.

<sup>63</sup> [José Teixeira], *The strangest aduenture that euer happened: either in the ages passed or present: Containing a discourse concerning the successe of the King of Portugall Dom Sebastian, from the time of his voyage into Affricke, when he was lost in the battell against the infidels, in the yeare 1578. vnto the sixt of Ianuary this present 1601. In which discourse, is diuerse curious histories, some auncient prophesies, and other matters, whereby most euidently appeareth: that he whom the Seigneurie of Venice hath held as prisoner for the space of two yeres and twentie two dayes, is the right and true king of Portugall Dom Sebastian. More, a letter that declareth, in what maner he was set at libertie the xv. of December last. And beside, how he parted from Venice and came to Florence. All first done in Spanish, then in French, and novv lastly translated into English*, Londres: Printed [by Richard Field] for Frances Henson dwelling in the Black-Friers 1601; [José Teixeira], *The true historie of the late and lamentable aduentures of Don Sebastian king of Portugall after his imprisonment in Naples, vntill this present day, being now in Spaine at Saint Lucar de Barrameda*, Londres: Printed by Simon Stafford and Iames Shaw, 1602; [José Teixeira], *A Continuation of the lamentable and admirable adventures of Dom Sebastian King of Portogale. With a declaration of all his time employed since the battell in Africke against the Infidels 1578. vntill this present yeare 1603*, Londres: Printed for Iames Shaw, 1603.

textos saiu em Paris, 1601, foi traduzido para o inglês por Anthony Munday, registrado em abril junto à Companhia dos Estacionários,<sup>64</sup> e impresso em Londres talvez ainda no primeiro semestre. Algo que também ocorreu com o segundo panfleto; e mesmo com terceiro, a distância é de um ano somente. Essa rapidez na tradução e impressão pode indicar um patrocínio na Inglaterra à causa sebastianista, um interesse inglês por esse tipo de matéria ou uma articulação muito estreita entre o mundo editorial e das informações dos dois lados do Canal da Mancha – ou uma mistura de todas essas coisas.<sup>65</sup> Talvez a figura do tradutor, Munday, possa lançar algumas pistas para entender o circuito dessas notícias traduzidas.

Além de ocupar o ofício de “Mensageiro dos Aposentos da Rainha” desde 1587, em remuneração por delações e testemunhos contra jesuítas bem como por seus textos anticatólicos de inícios da década de 1580,<sup>66</sup> Munday emprestava sua pena a diversos fins. Assumiu o roteiro das paradas cívicas das corporações de ofício da Cidade de Londres a partir dos anos 1600; dedicou muitas de suas obras a membros do círculo do Conde de Oxford; era tradutor de textos de origem ibérica, especialmente romances de cavalaria; e era uma figura relativamente importante na cena teatral elisabetana, tendo escrito peças para a companhia dos “Homens do Almirante”.<sup>67</sup> É provável inclusive que essa tradução da *Adventure* tivesse a ver com a encenação da peça “Sebastian, King of Portugal” pelos “Homens do Almirante”, que ocorreu no mesmo ano da impressão do panfleto.<sup>68</sup>

---

<sup>64</sup> SRO4162, *Stationers' Register Online* (<https://stationersregister.online/entry/SRO4402>).

<sup>65</sup> Houve ainda uma tradução para o holandês que não consultei: José Teixeira, *Wonderlijcke gheschiedenisse, bouen alle andere der gheleden ende tegenwoordige tijden. Inhoudende t'overhael aengaende t'wederbaren des conincx van Portegael don Sebastiaen*, Delft: J.C. Uennecool, 1601.

<sup>66</sup> Há discussões sobre a confissão religiosa de Munday, desde autores, como Donna Hamilton, que propõe que ele seria um criptocatólico “loyalist” (e portanto sua atuação nas campanhas anticatólicas seria movida mais por um sentimento de lealdade à coroa e de anti-hispanismo do que por questões confessionais) até aqueles, como Tracey Hill e Gerald George, que veem Munday como alguém que se movia mais pela conveniência das posições, num mundo ordenado pela lógica das mercês e do patronato. Tendo a me inclinar para a segunda hipótese. Donna Hamilton, *Anthony Munday and the Catholics, 1560-1633*, Burligton: Ashgate, 2005; Tracey Hill, *Anthony Munday and the Civic Culture. Theatre, History and Power in early modern London. 1580-1633*, Manchester: Manchester University Press, 2004; Gerald D. George, “Earning a living as an author in early modern England: the case of Anthony Munday”, Tese de Doutorado (Letras), Bowling Green State University, 2006.

<sup>67</sup> Para um panorama da trajetória de Munday, ver BERGERON, David M. “Munday, Anthony (bap. 1560, d. 1633)”, ODNB. Cf. Hamilton, *Anthony Munday and the Catholics, 1560-1633*; Hill, *Anthony Munday and the Civic Culture*; George, “Earning a living as an author in early modern England”.

<sup>68</sup> Gertrude Marian Sibley, *Lost Plays and Masques*, Ithaca, EUA: Cornell University Press, 1933, p. 141; Martin Wiggind, Catherine Richardson, *British Drama (1533-1642): A Catalogue. 1598-1602*,

Outra pista para refletir sobre a tradução pode estar na produção de textos sobre matéria ibérica. Não só Munday era conhecido por suas versões de romances de cavalaria (entre eles, *Amadís de Gaula*), como o impressor de dois dos panfletos sebastianistas, Richard Field, havia produzido vários livros que tratavam sobre a Península.<sup>69</sup> Isso indica que havia um mercado para consumir esses produtos e uma relativa especialização dentro dessa indústria. Mas essa especialização continha alguns contornos que eram expressos na própria produção dos impressos. A maioria dos livros sobre Espanha e Portugal editados em Londres eram traduzidos em segunda (ou terceira) mão do francês, algo explicitado muitas vezes na folha de rosto, como no caso do *The Strangest Adventure*. Esta indicação aponta por quais caminhos ocorriam a circulação e recepção de informações sobre o mundo ibérico e, ao mesmo tempo, mostra o que se entendia por traduzir (também) notícias. Traduzir para o inglês não pressupunha uma ida às fontes originais e podia incluir, como avisado em alguns prefácios, a adequação e acomodação do texto estrangeiro à língua (e expectativa) dos leitores.<sup>70</sup> Falamos, portanto, de um universo específico de traduções, de catálogos já filtrados por outros mercados editoriais e de percursos que supunham mediações conhecidas e esperadas, conformando o tipo de texto que era consumido e vendido nos entornos da Catedral de São Paulo.

Considerando essa dimensão, talvez valesse a pena olhar, desviando do itinerário feito até agora, menos para a análise do conteúdo dos textos das fontes e mais para como eram apresentadas aquelas traduções a seus potenciais leitores. A própria opção pelo tamanho de quarto e os textos variando entre 28 (*True History*) e 92 páginas (*The Strangest Adventure*) encaixavam os impressos na definição de Joad Raymond de panfleto, um tipo de impresso popular, com preços acessíveis, voltado ao consumo imediato e aos assuntos candentes.<sup>71</sup> Mas, seguindo os passos de Belle e Hosington, gostaria de observar elementos

---

Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 1601; “Sebastian, King of Portugal”, *Lost Plays Database*, 12 mai 2021 ([https://lostplays.folger.edu/Sebastian\\_King\\_of\\_Portugal](https://lostplays.folger.edu/Sebastian_King_of_Portugal)).

<sup>69</sup> Henry Robert Plomer et al., *A dictionary of printers and booksellers in England, Scotland and Ireland, and of foreign printers of English books 1557-1640*, Londres: Bibliographical Society, 1910, pp.102-103; A. E. M. Kirkwood, ‘Richard Field, printer, 1589-1624’, *The Library*, 12 (1931-2), pp. 1-39; David Kathman “Field [Feild], Richard (bap. 1561, d. 1624)”, ODNB; Fernando Bouza (org.), *Anglo-Hispana. Cinco siglos de autores, editores y lectores entre España y el Reino Unido*, Madri: Ministério da Cultura, 2007, pp. 25, 60-61.

<sup>70</sup> Sobre o caso espanhol, ver Joyce Boro, “Spain in Translation: Peritextual Representations of Cultural Differences, 1614-1625”, in Marie-Alice Belle e Brenda M. Hosington (org.), *Thresholds of Translation: Paratexts, Print, and Cultural Exchange in Early Modern Britain (1473-1660)*, Londres: Palgrave Macmillan, 2018, pp. 101-135. Para uma reflexão geral sobre a tradução na Inglaterra moderna, ver a introdução de Belle e Hosington ao volume.

<sup>71</sup> Joad Raymond, *Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain*, Nova York: Cambridge University Press, 2003, cap. 1.



paratextuais ou proemiais dos panfletos das *Adventure* como pórticos através dos quais se pode chegar a uma melhor compreensão dos impressos de traduções.<sup>72</sup> Particularmente, interessa aqui a folha de rosto e, mais especificamente para pensarmos o campo semântico, o título. Os impressos modernos não possuíam capa nem eram vendidos encadernados. Era pela folha de rosto que se comunicava o que continham; mais, esse elemento liminar servia de estratégia de venda quando expostos nas lojas ou bancas dos livreiros que os comercializavam. Embora a folha de rosto dos *Adventure* ingleses não se diferenciasse muito da disposição presente nos impressos franceses, alguns dos termos que aparecem no título talvez permitam pensar o problema dos estatutos de veracidade e mensagem em relação aos panfletos publicados em Londres. Como tentarei mostrar, há algumas particularidades na escolha de uma ou outra expressão em relação ao original francês que podem ser significativas.

Em uma busca na EEBO e no ESTC,<sup>73</sup> é possível ver a recorrência de alguns desses termos em outros impressos dos anos de 1590 e 1610. Começo pelos vocábulos centrais do título uniforme da catalogação estabelecido a partir do francês: *Adventure Admirable* (Aventura Admirável).<sup>74</sup> Há listados, nessas bases, 48 impressos com “Aventura” (*Adventure*) no título, muitos ligados a narrações de feitos militares, batalhas de nobres e cavaleiros, e sobretudo, a romances de cavalaria ou gestas heroicas. Apareceram 40 com “Admirável” (*Admirable*) no título, mas destes somente 13 qualificavam alguma notícia, história ou narrativa. Entretanto, no levantamento feito, a expressão “aventuras admiráveis”, mais próximo aos títulos em francês, surge somente no último panfleto, *A continuation*, de 1603. E mesmo assim não estava sozinha pois vinha antecedida de “lastimável” (*lamentable*) – uma adição que não encontra correspondência no *Suyte*, do qual era uma tradução<sup>75</sup>. Provavelmente buscava remeter ao *True History*, de 1602, no qual “lamentáveis” e “últimas” (*late*) viraram os qualificativos das “aventuras” – aqui como tradução de “dernières et piteuses

---

<sup>72</sup> Belle e Hosington, *Thresholds of Translation*, “Introduction”.

<sup>73</sup> Early English Books Online (EEBO), <https://search.proquest.com/eebo>; English Short Title Catalogue (ESTC), <http://estc.bl.uk/>.

<sup>74</sup> A tradução inglesa baseou-se na segunda edição do folheto francês: [José Teixeira], *Adventure admirable, par dessos toutes autres des siecles passez & present: qui contient vn discours touchant les succez du roy de Portugal, Dom Sebastian, depuis son voyage d'Aphrique, auquel i se perdit en la bataille qu'il eut cote les infideles, l'an MDLXXVIII iusques au 6. de Ianuier, an present, 1601* (...), [Lião?]: s.n., 1601.

<sup>75</sup> [José Teixeira], *Suyte d'un discours intitulé Adventure admirable, &c. touchant Dom Sebastian roy de Portugal : avec un narré de son succez, & de ses peregrinations depuis qu'il se perdit en Aphrique, combatant contre les infidelles, l'an MDLXXVIII. iusques aujourdhuy mil six cents deux*, [Lião?]: s.n., 1602.



adventures” do *Histoire véritable*<sup>76</sup>. Aventuras não soavam admiráveis em inglês, ao que parece, pois mesmo quando as palavras “admirável” e “aventura” seguiam em separado em títulos, ocorriam só em mais dois outros impressos. Já “aventuras estranhas” (*Strange adventures*) constava em oito títulos, além de oito outros impressos onde as duas palavras vêm separadas no título. Vale notar, contudo, que o panfleto de 1601 era *The Strangest Adventure*, ou seja, superlativo e singular; não “aventuras estranhas”, mas “A mais estranha aventura” – e foi o único que localizei com essa formulação. Além da qualificação se distanciar do *Adventure admirable* francês, no registro na Companhia dos Estacionários, o título sugerido era “a Maravilhosa [Wonderfull] aventura acima de todas as outras”,<sup>77</sup> o que indica que houve uma reflexão particular para com o título daquele panfleto traduzido.<sup>78</sup>

Se focarmos mais nos adjetivos dos títulos, “estranho”, “admirável” e “verdadeiro” qualificam termos como “descoberta”, “novidades”, “viagem”, bem como há vários títulos com a expressão “notícia estranha” e “notícia verdadeira” (mas somente um com “notícia admirável”). Embora existam títulos com “histórias estranhas” (similar a expressão usada na carta de Chamberlain), “verdadeira” é o qualificativo que mais acompanha “história”, como aparece no panfleto de 1602 traduzindo “histoire veritable”. A expressão “história verdadeira” ocorre mais em folhas de rosto de crônicas históricas, o que talvez apontasse uma certa diferença do tipo de narrativa. “Famosa”, “encantadora” e “agradável”, além de “verdadeira”, aparecem junto às histórias ficcionais, mas não a outros tipos de narrativas. Nos próprios romances de cavalaria traduzidos por Munday, “história” surge nos títulos qualificada como “rara”, “honrada”, “excelente”, “engenhosa”, “renomada”, além dos termos citados acima.<sup>79</sup> Mas quando se tratava de um relato, a história era, por certo, verdadeira embora também pudesse ser admirável como em outro panfleto traduzido por Munday,

<sup>76</sup> [José Teixeira], *Histoire véritable des dernières et piteuses adventures de Dom Sebastian roy de Portugal, depuis as prison de Naples jusques auiourd'huy qu'il est en Espagne à S. Sucar de Barrameda*, s.l.: s.n., 1602.

<sup>77</sup> “the Wonderful adventure above all others”, SRO4162, *Stationers' Register Online*.

<sup>78</sup> Em *A Dictionary of the French and English Tongues*, de 1611, “Admirable” está traduzido para o inglês como “Wonderfull, admirable”. Os dois termos aparecem junto a “strange” como tradução de “Merveilleux”. Randle Cotgrave, *A Dictionary of the French and English Tongues* (1611), verbetes “Admirable” e “Merveilleux”, via LEME.

<sup>79</sup> Para uma lista das obras escritas e traduzidas por Munday, ver Hamilton, *Anthony Munday*, pp. 199-206. Os termos, nos títulos originais, são: “famous”, “delightful”, “pleasant”, “rare”, “honorabile”, “excellent”, “conceited”, “renowed”.

*A True and Admirable Historie, of a Mayden of Confolens*, de 1603, dando a notícia de uma francesa que teria ficado três anos sem comer.<sup>80</sup>

“Verdadeiro” parece certificar nos títulos a veracidade tanto das histórias quanto dos relatos de viagem e notícias. A ver pelos outros qualificativos, a história (quando ficcional) mais cantaria a fama de maneira deleitosa enquanto as relações (mesmo quando chamadas de história) dariam sobretudo conta do novidadeiro, do admirável e do acidental. As “aventuras estranhas”, porém, não as colocavam como campos opostos, podendo aparecer juntos, como no título da tradução de Lazarillo de Tormes, que é dita uma “história agradável” com “aventuras estranhas”.<sup>81</sup> A ver por esses títulos, talvez com exceção da ênfase na dimensão retórico-poética do deleite nas narrativas ficcionais, a qualificação de verdadeira não estaria ligada a um tipo de relato (seja mais fantástico, mais noticioso ou mais histórico) ou a um determinado gênero (seja de viagens, história ou notícia), nem separaria de maneira evidente, por meio dos termos exibidos na folha de rosto, ficção de realidade, embaralhando verídico, verossímil, crível e incrível.

Numa hipótese inicial, essa indistinção poderia talvez favorecer uma recepção almejada ou supor um leitor implícito: alguém que consumisse os panfletos não só como notícia de um evento mas também como leitura ficcional ou poética (no que entraria também a história como gênero retórico-poético). Por esse mapa de termos dos títulos, a verdade anunciada na folha de rosto nos panfletos da *Adventure* pareceria estar tão próxima do tom narrativo de relatos informativos quanto dos romances de cavalaria que Munday traduzia ou do gênero dramático da peça sobre “Sebastian, King of Portugal”, encenada em 1601.<sup>82</sup> Essa última aproximação reforçaria a hipótese de que foram pensadas numa estratégia de venda casada, isto é, de que a empresa da tradução de Munday do primeiro panfleto fazia parte do mesmo esforço da companhia dos “Homens do Almirante”, da qual era, ademais, um colaborador recorrente. Entretanto, mesmo que fosse essa a intenção expressa pela folha de rosto, esse

---

<sup>80</sup> François Citois, *A True and Admirable Historie, of a Mayden of Confolens, in the Prouince of Poictiers that for the Space of Three Yeeres and More Hath Liued, and Yet Doth, Vwithout Receiuing either Meate Or Drinke (...)*, Londres: Printed by I. Roberts, 1603.

<sup>81</sup> [Diego Hurtado de Mendoza], *The plesant historie of Lazarillo de Tormes a Spaniarde wherein is contained his marueilous deeds and life. VWith the strange aduentures happened to him in the seruice of sundry maisters. Drawne out of Spanish by Dauid Rouland of Anglesey*, Londres: Printed by Abell Ieffes, dwelling in the Blacke Fryers neere Puddle Wharfe, 1596.

<sup>82</sup> Um exemplo é o título de uma peça atribuída a Shakespeare que contém praticamente todos os termos discutidos: *The late, and much admired play, called Pericles, Prince of Tyre With the true relation of the whole historie, aduentures, and fortunes of the said prince: as also, the no lesse strange, and worthy accidents, in the birth and life, of his daughter Mariana*, Londres: for Henry Gosson, 1609. (grifos meus).

repertório vocabular do estranho e admirável também não era distante daquele empregado, por exemplo, em relatos de viagem que também exploravam esse efeito dramático em suas folhas de rosto.<sup>83</sup> Como vários autores já demonstraram, a distinção entre o maravilhoso fabuloso (e inventado) e maravilhoso experienciado (e visto) não era evidente; ocorria uma sobreposição entre o que era ficção (no sentido do fabuloso) e o que era relato (no sentido da observação), o que embaralhava a própria definição do que era notícia verdadeira e falsa, o que era lido como fonte de informação ou mais para deleite.<sup>84</sup> Esse embaralhamento talvez fizesse com que essa intenção suposta de aproximar do gênero dramático, se existente, soçobrasse em como se liam e eram consumidos esses textos. Um exemplo talvez demonstre isso.

Entre os 22 exemplares existentes hoje do *Strangest Adventure*, um ao menos sobreviveu em um volume que foi compilado perto do tempo em que foram lançados. Este códice com 15 panfletos pertencia à biblioteca de cerca de 6 mil volumes do bispo anglicano Richard Bancroft. Quando se tornou Arcebispo da Cantuária em 1604, sua coleção deu o germe da Biblioteca Lambethiana, da Sé da Igreja Anglicana. O seu exemplar do *Strangest Adventure* está encadernado com panfletos impressos entre 1579 e 1603 e que tratam das mais variadas notícias. Desde textos que narram o martírio de protestantes e denúncias anti-papistas até relatos de pactos demoníacos e feitiçaria, passando por execuções exemplares, crimes hediondos e assassinatos, como o *Sundrye strange and inhumaine murthers, lately committed*, impresso por Richard Field e ecoando a “estranheza” dos panfletos sebastianistas. Mas não é somente esse título que navega pelo mesmo campo vocabular. Surgem ainda “a mais maravilhosa e verdadeira história”, “mais verdadeira e mais admirável notícia”, “estranha mas valorosa execução”, entre outros.<sup>85</sup> As notícias coligidas neste códice apareciam

<sup>83</sup> Para pensar a semântica histórica dos relatos de viagem, me vali temática e metodologicamente de: Villas Bôas, *Encontros escritos*. Para um exemplo do uso de hipérboles para causar maravilhamento e, ao mesmo tempo, convencimento, inserido na discussão sobre informação e desinformação nos relatos de viagem, ver Emily Teo, “Hyperbole in Early Modern Missionary Travel Accounts of China”, *Past & Present*, v. 257, Supplement 16 (2022), pp. 261-293.

<sup>84</sup> Como afirma Eliav-Feldom: “It could be said that travel literature was the Renaissance equivalent to the medieval romances of knightly adventures – read by many for its entertainment value rather than to acquire knowledge about the newly discovered parts of the world. And yet, several centuries later we are still hard-pressed to separate the wheat from the chaff in those travelogues.” Eliav-Feldom, *Dissimulation and Deceit*, p. 5.

<sup>85</sup> “The most wonderfull and true storie”, “most true and more admirable newes”, “strange yet worthy execution”. Lambeth Palace Library, Londres, [ZZ]1594.16. A relação e os títulos dos panfletos presentes no códice podem ser consultados por meio do catálogo online: [https://bookscat.lambethpalacelibrary.org.uk/cgi-bin/koha/opac-search.pl?advsearch=1&idx=callnum&q=%5BZZ%5D1594.16&do=Search&sort\\_by=relevance](https://bookscat.lambethpalacelibrary.org.uk/cgi-bin/koha/opac-search.pl?advsearch=1&idx=callnum&q=%5BZZ%5D1594.16&do=Search&sort_by=relevance). Sobre a formação da coleção de Bancroft que originou a Biblioteca Lambethiana, ver Nicholas W. S. Cranfield, “Bancroft, Richard (bap. 1544, d. 1610), archbishop of Canterbury.” ODNB; Stevens,

ao mesmo tempo definidas como verdadeiras, admiráveis, estranhas, miraculosas, maravilhosas, muitas vezes reforçadas com superlativos ou aumentativos. Ao se ler as folhas de rosto desses quinze panfletos, têm-se a impressão que o que garantia a veracidade do relato era exatamente o fato de ser maravilhosa, estranha e admirável. Talvez pudéssemos pensar nesse elemento paratextual dos impressos noticiosos mais como um elemento preambular pelo qual se realiza um efeito necessário de captar a atenção de seus leitores, que, por sua vez, seguiria a lógica retórica do mover os afetos por meio desse tom espetacular para poder então deleitar com a estranheza das narrativas e quem sabe ensinar ou informar algo – e, claro, fazer com que se consumisse o impresso.<sup>86</sup>

Nesse efeito, a narrativa da notícia verdadeira, em sentido próximo ao da *Poética* aristotélica, sobre fatos que aconteceram, não se distinguiria muito da ficcional ou fabulosa (como se usava no séc. XVII), sobre fatos como deveriam ou poderiam acontecer.<sup>87</sup> Inclusive porque havia uma relação especular entre o verdadeiro e o fabuloso, mas aqui no sentido de maravilhoso (e não propriamente ficcional da *Poética*). Parecer impossível concedia um estatuto de veracidade à notícia, algo reforçado por termos que garantiam que era uma história verdadeira ou contada a partir de muitos exemplos, relatos ou detalhes. Talvez mais do que aderente a uma poética que, segundo nosso olhar retrospectivo, regularia o drama elisabetano (ou mesmo os romances de cavalaria), o incrível (no sentido também de inacreditável e portanto inverossímil) somado à afirmação que era verdade (e portanto verídico mas não crível)<sup>88</sup> era aquilo que estampava na folha de rosto o caráter de veracidade dos relatos impressos sobre o Sebastião de Veneza. Chamá-la de “A mais estranha aventura” afirmava que era uma “história verdadeira” ao mesmo tempo que permitia uma leitura deleitosa como se fosse fábula. Esses termos, menos do que sensacionalistas e indicadores de que seriam mentira, eram não só chamarizes para os potenciais compradores mas aquilo que efetivamente garantiria que aquelas notícias e relatos deveriam ser lidos e tomados como coisas não só

---

Norman D. “The Lambeth Palace Library: England’s First Public Library.” *Information & Culture* 47, n. 1 (2012), pp. 113–15.

<sup>86</sup> Sobre preambular ser preferível ao termo paratextual para falar de impressos da Época Moderna, ver Maria do Socorro Fernandes, *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*, Teresina: EDUFPI, 2009; André Sekkel Cerqueira, “A retórica da história no século XVII”, *LaborHistórico*, v. 2, n. 1 (2016), pp. 137-150.

<sup>87</sup> Aristóteles, *Poética*, 1451b, cap. IX.

<sup>88</sup> Aristóteles, *Poética*, 1460a27, cap. XXIV.

curiosas, mas críveis, apesar de impossíveis – para retomar de maneira invertida a distinção aristotélica entre verossímil e possível.<sup>89</sup>

### Em busca da substância das notícias falsas

A partir da análise dos três grupos documentais que trataram da recepção inglesa das notícias sobre o caso do Sebastião de Veneza, proponho algumas conclusões em torno dos “estatutos de veracidade” e “estatutos da mensagem”. Referem-se a primeira a um possível circuito da informação, que sugere que a circulação se deu do oral para o impresso, com momentos e locais de difusão diferentes, ainda que por vezes sobrepostos; a segunda, à qualificação da veracidade de informação que mudava conforme seu meio (oral, manuscrito ou impresso) e pela qual nas cartas manuscritas havia maior espaço para dúvida sobre a falsidade da notícia do que nos panfletos impressos; por fim, à eficácia da estranheza e da maravilha para garantir o efeito de verdade da notícia impressa. Entretanto, para estas serem generalizáveis precisariam de uma ampliação das fontes (e talvez de casos) e um melhor tratamento do vocabulário em seus contextos. As afirmações aqui feitas devem ser tomadas como ensaio interpretativo mais do que proposição de modelos para tratar o que seriam as dinâmicas das *fake news* na Inglaterra moderna.

Começo pelos aspectos relativos ao circuito da informação da (falsa) notícia. A tomar pelo descrito por Chamberlain nas suas cartas, as novas do aparecimento do pretense Sebastião em Veneza em meados de 1598 estavam circulando no boca-a-boca em Londres a partir de outubro daquele ano. Ou seja, após a notícia chegar na cidade do estrangeiro, sua difusão se daria pela oralidade. É possível aduzir que as novas sobre o impostor foram trazidas por marinheiros, mercadores e viajantes que aportavam nas ilhas britânicas ou por meio de cartas ou relatos manuscritos que chegavam pelas redes postais – ou ambos. Mas sua difusão na cidade, num primeiro momento, seria sobretudo oral e parecia ter tomado o entorno da Catedral de São Paulo como “notícia quente”. Cecil e outros integrantes da coroa utilizavam-se de redes mercantis e de informantes que também se serviam dos mesmos portos e rotas postais pelos quais chegaram a Londres os relatos sobre o falso Sebastião. Por que então não há nos *Calendars* menção anterior a abril de 1599? Talvez por serem boatos e

---

<sup>89</sup> Correndo o risco de soar anacrônico, essa estratégia de veracidade verossímil num “possível incrível” não diferiria muito da lógica que opera os algoritmos do Youtube que se guiam por uma política da atenção para fazer com que fiquemos impactados pelas “notícias” e, com isso, acabemos presas das *fake news* patrocinadas por canais duvidosos como “Brasil Paralelo”. Cesarino, “Pós-verdade e a crise do sistema de peritos”.



“histórias estranhas”, foram desconsideradas como sem “substância” pelos oficiais e espiões que trabalhavam para Cecil. Não ajudava, por certo, a coroa elisabetana não ter embaixadores em Veneza, o que talvez fosse um sinal de quão falha era a rede de informantes de seu secretário. O fato é que somente após ter circulado não somente pelas naves da catedral, mas também na Corte e na Royal Exchange, foi que começaram as menções nos informes para a coroa, culminando nas cartas enviadas pelos próprios apoiadores do Sebastião de Veneza, em finais de 1600. Só naquele momento, o caso pareceu finalmente virar uma questão de Estado. Não é possível saber se essa ponderação ocorreu como resposta à admoestação dos sebastianistas ou ainda pelo acúmulo de notícias que vinham de todos os lados (e não só pelos informantes), mas parece que, àquela altura, Cecil e o Conselho Privado passaram a tratar daquilo que já circulava abertamente, mudando o estatuto da notícia daquelas murmurações movidas por “desejo apaixonado” para algo que seria uma “temeridade” descartar simplesmente por “suposições peremptórias”. De qualquer modo, no caso do impostor, os boatos transmitidos oralmente – e em cartas familiares – circularam mais livre e rapidamente do que as informações oficiais – e em cartas negociais. E quando essas informações passam a circular de maneira impressa? Elas chegaram bastante rápido às prensas, já no primeiro semestre de 1599. Entretanto, vieram a lume após terem sido espalhadas oralmente e por cartas manuscritas. Mais tarde, com a tradução dos panfletos sebastianistas, circularam impressas, mas não mais como novas, no sentido de notícias quentes, e sim como repetições que renovavam, ampliando, o frescor da novidade do boato. A veracidade da notícia impressa talvez estivesse dada na sua capacidade de amplificação da novidade que circulava em outros meios.

Nesse sentido, é curioso notar que Chamberlain tenha parado de mencionar o assunto mais ou menos à mesma altura em que se intensificava o número de impressos sobre o caso. Talvez na perspectiva de alguém que queria contar o que se falava nas naves de catedrais, nos salões de cortes, nas praças de negócio, no momento em que aquilo ganhava a prensa (e os palcos) podia circular de outras maneiras, perdia o caráter de novidade a ser informada, seja como notícia, seja como boato. De maneira reversa, vale observar que a discussão na correspondência de Cecil deu-se, em certo grau, em paralelo à circulação da notícia pelos impressos. Será que a circulação oral, os impressos e mesmo uma peça não fizeram com que a atenção da coroa ao assunto se desse também pela repercussão interna para além das dinâmicas externas da política inglesa? Ou, pelo contrário, o interesse do mercado editorial e também do mundo teatral e poético foi alimentado por conta das repercussões que o caso estava tendo na corte, para além da circulação nas ruas de Londres? Não há como responder essas questões de maneira definitiva a partir das fontes e exemplos analisados,



entretanto parece evidente que havia tempos da informação conforme suporte e meio. É possível também afirmar que conforme o gênero discursivo e o tipo documental, a relação com a verdade ou, ao menos, com “estatuto de veracidade” se alternava, adequando o vocabulário a partir de um campo semântico comum, conforme cada um desses meios.

Aqui entro em um segundo aspecto no qual importa discutir como foi classificado e qualificado aquilo que era falado, escrito e impresso. Havia uma diferença no que importava relatar. Nas cartas de Chamberlain, o relevante era indicar ao seu correspondente o que estava circulando, independente o quão confiáveis fossem aquelas “estranhas histórias”, “rumores frescos”, “notícias quentes”. A informação a ser passada era o próprio processo informativo. Havia, com certeza, uma distinção sobre a facticidade da notícia, pois o vocabulário empregado traía, na distinção entre rumores e notícias, fábulas e histórias, um grau de confiabilidade ou desconfiança sobre o que estava sendo ouvido e passado adiante. Mas, mais do que verificar a veracidade da notícia ou do boato, a ênfase estava no registro do ato da comunicação, performado pelos verbos falar, dizer, contar, que lembravam que mesmo quando fossem murmúrios interessava repassá-los desde que dado o contexto verbal de enunciação. Na correspondência diplomática ou negocial, ainda que se desse destaque ao fato da circulação da notícia, o que regia a percepção sobre a informação era a prudência. Importava saber se aquele relato era ou não verídico, mas importava sabê-lo na medida do interesse “público”. O que deveria regular a percepção sobre a veracidade seria o cálculo prudente da utilidade para o bem comum ou para os fins da coroa. Nessa balança usada para sopesar a melhor decisão, o vocabulário era permeado por termos que remetiam, de um lado, à prudência e à continência, e, por outro, à tolice e às paixões. O peso da substância não era o da verdade como um valor de prova empírica, mas era medido pela ocasião ao deliberar qual o melhor curso de ação para o bem do Estado e evitar a ruína quando se era levado pela paixão. Eram esses campos que diriam se a verdade (e talvez a mentira, num quase maquiavelismo) era útil ou não à Razão de Estado e, assim, os boatos, relatos ou notícias eram temperados por esses fatores externos à própria qualidade da informação. Nesse cálculo regido pela prudência, o remetente da carta negocial precisava saber separar notícias quentes de boatos frescos para que o destinatário pudesse deliberar sobre a matéria que estava em questão.

Tanto nas cartas familiares quanto nas diplomáticas, contudo, havia espaço para informar e se ponderar se era possível ou não confiar na notícia transmitida, talvez emulando certa dialética das conversações e de diálogos da oralidade, pois se estava repassando uma informação para alguém específico, empiricamente existente, com o qual se estabelece uma relação de troca e de interesses comuns. No caso dos panfletos, a folha de rosto enunciava o que estava

contido no panfleto sem poder saber com precisão quem seria seu leitor. Não havia muita margem para ponderação, e o veredito se imprimia em tom mais definitivo, pois se buscava mover os afetos dos potenciais leitores (e possíveis compradores). Naquele veredito, a “mais estranha aventura” foi intitulada também como história, mas não como notícia (ainda que essa pudesse ser estranha também), e, com certeza, não como boato ou rumor. Ao mesmo tempo, ao postular a veracidade daquela história, o vocabulário empregado para mostrar sua “substância” era aquele do maravilhoso, comum à fábula. Se o pressuposto de quem queria transmitir a mensagem no impresso era que o relato fosse verdadeiro, o fato de ser estranho e admirável daria, paradoxalmente, esse estatuto. A relação impressa sobre a “aventura” do Sebastião de Veneza deveria ser crível porque parecia impossível. Ao se evidenciar isso, fazia-se com que se aproximasse ao mesmo tempo tanto dos relatos noticiosos e de viagem quanto das peças de teatro e dos romances de cavalaria. A evidência, aquilo que se via, era também efeito retórico e poético do como se via.

Restaria problematizar, de maneira mais efetiva, como concretamente se via. Como os receptores se asseguravam que alguma coisa que fora dita, escrita ou impressa seria verdade? Como leitores, destinatários, espectadores e ouvintes sabiam ou desconfiavam da veracidade ou falsidade da notícia? Não tenho muitas hipóteses para além do que disse acima, dos poucos exemplos que consegui encontrar e do que imagino fosse o horizonte implícito de recepção. Parece-me que no caso da “Aventura” impressa, em particular, todo o esforço era para que esses processos de verificação não passassem pelo discernimento da prudência, mas que, pelo contrário, amplificassem a prática do passar adiante o boato, propondo ser aquela uma história admirável para ser contada, lida e consumida. Se esse esforço tiver tido eficácia, como parece ter tido, ao menos pelo que o breve episódio de Gervase Smith nos permite supor, não estaríamos tão longe hoje com as nossas *fake news* e os efeitos que causam neste admirável mundo da comunicação cibernética do que se estava naquele momento no qual o mais estranho regulava o sentido de veracidade.

\*\*\*

---

Artigo recebido em 18-12-2023. Aceito para publicação em 15-01-2024.

---

Citação: Luís Filipe Silvério Lima, “Entre ‘notícias estranhas’ e ‘rumores frescos’: estatutos de veracidade e gêneros documentais na recepção inglesa do caso do Sebastião de Veneza (1598-1603)”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 41, n. 2 (2023), pp. 138-171, <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2023.41.2.06>.

---

Luís Filipe Silvério Lima, Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo, e-mail: [lfslima@unifesp.br](mailto:lfslima@unifesp.br), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5924-5382>.